

9-B-92

9-B-92

44

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CORRIGIDO

Curso C-PEM 2003.....

Partido TI.....

Solução do P-III-5 (Mo) - MONOGRAFIA.....

Apresentada Por

BERNARDO AUGUSTO CUNHA DE HOLLANDA.....

CAPITÃO- DE-MAR-E-GUERRA.....

NOME E POSTO



TRABALHO AVALIADO PELA COM

AVALIAÇÃO: ACEITÁVEL

MENTÃO: XXX

Capitão-de-Mar-e-Guerra
Encarregado do C-PEM

RIO DE JANEIRO

2003

9-B-92

9-8-92

12

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

**- INCREMENTO DA PRESENÇA DOS EUA NOS PAÍSES AMAZÔNICOS –
REPERCUSSÕES PARA O BRASIL -**

BERNARDO AUGUSTO CUNHA DE HOLLANDA

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA



2003

Jerpo: 228551

Ex: 256861



Tema : Incremento da presença dos EUA nos países amazônicos -
repercussões para o Brasil

Título : A PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA NA AMAZÔNIA

Tópicos a Abordar: - A política norte-americana para a América Latina;
- O "Plano Colômbia" e suas repercussões para o Brasil;
- As principais bases e atividades norte-americanas nos países amazônicos;
- O apoio dos EUA no combate aos narcoguerrilheiros e ao crime organizado nos países amazônicos; e
- A adequação do Poder Naval brasileiro às demandas conjunturais da região e à prioridade dada pela Política de Defesa Nacional para a Amazônia.

Proposição :

Delinear aspectos da política externa norte-americana para a América Latina. Identificar as mais importantes implicações do "Plano Colômbia" para o Brasil. Apresentar as principais atividades militares norte-americanas na Amazônia, identificando suas bases de operação nos países da região. Comentar o apoio prestado pelo governo dos EUA aos países amazônicos, no combate aos narcoguerrilheiros e ao crime organizado. À luz da Política de Defesa Nacional, avaliar a adequação das forças navais brasileiras na Amazônia e propor medidas que contribuam para intensificar sua participação no esforço para integrar aquela região.

Nº de palavras : 11.522 palavras.

SUMÁRIO

	PÁGINA
Lista de Figuras	iv
Introdução	v
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA	1
Primeiros Passos Rumo à Supremacia	1
A Boa Vizinhança e a Hegemonia Continental	2
A Hegemonia Mundial e a Dominação Continental	3
Combate ao Narcotráfico	5
A Nova Face do Império	6
“Condição de Mera Natureza”	8
CAPÍTULO 2 - “PLANO COLÔMBIA”	11
Antecedentes	11
Iniciativa Colombiana	12
O “Plano”	13
Resultados	15
Conseqüências para o Brasil	17
CAPÍTULO 3 - MILITARES NORTE-AMERICANOS NA AMÉRICA DO SUL	20
Intenções e Necessidades Estratégicas	20
“Forward Operating Locations” (“FOL”)	21
Estações de Radar	22
Militares dos EUA na Amazônia e Potenciais Contenciosos	24
Repercussões para o Brasil	30
CAPÍTULO 4 - A MARINHA DO BRASIL E A AMAZÔNIA	33
Militares na Amazônia	33
Características da Amazônia sob a Ótica Naval	35
Meios Navais na Amazônia	38
A Marinha do Brasil e a Política de Defesa Nacional	39
Atividades da Marinha do Brasil na Amazônia	42
Propostas para o Incremento das Atividades da MB na Ama- zônia	44
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO	47
ANEXO A - BASES MILITARES EUA, FRANÇA E REINO UNIDO.....	A-1
MILITARES NORTE-AMERICANOS NA AMAZÔNIA.....	A-2
EXTREMOS NORMALMENTE ALCANÇADOS POR NAVIOS DO CNAO..	A-3
ANEXO B - DIRETRIZES DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	B-1
ANEXO C - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	C-1

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº	TÍTULO	PÁGINA
1	AMAZÔNIA INTERNACIONALIZADA	9
2	PRODUÇÃO DE COCAÍNA – COMPARATIVO.....	16
3	ÁREAS DE CULTIVO DE COCA.....	17
4	AJUDA FINANCEIRA À COLÔMBIA 1997-2004.....	18
5	RADAR - BASE DE TRÊS ESQUINAS.....	23
6	ÁREA DE JURISDIÇÃO DO COM4DN	38
7	AMAZÔNIA LEGAL	41

A PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA NA AMAZÔNIA

“Se as potências ocidentais violaram o sagrado princípio da soberania dos Estados e fizeram a guerra contra a Iugoslávia, para ajudar os kosovares (...), por que não a fariam contra o Brasil, para se apropriar da Amazônia? O pretexto não seria a proteção da população, mas a proteção da ‘raça humana’. A Amazônia é o pulmão da Terra, se o Brasil não a protege adequadamente, é dever dos demais Estados fazê-lo em nome de toda a humanidade” (Pascal Boniface in “Les Guerres de Demain”).¹

INTRODUÇÃO

Desde muito cedo, os Estados Unidos da América (EUA) perceberam a importância da América Latina, para a consecução de seu projeto hegemônico global. Por meio de uma política externa incisiva, apoiada por um poder militar eficiente, aquele país preocupou-se em fortalecer sua posição no continente americano, antes de se aventurar em escala mundial.

No presente trabalho, serão apresentados, sucintamente, os estágios galgados pela política externa dos EUA até a atualidade. Será dada ênfase especial ao “Plano Colômbia”, instituído sob o alegado propósito de apoiar países sul-americanos no combate ao narcotráfico e crimes correlatos. Esse “Plano” ainda não alcançou seu objetivo inicial, largamente propalado. Contudo, vem respaldando, efetivamente, a instalação de bases e o estabelecimento de forças militares dos EUA na América do Sul.

¹ Diretor do “Institut des Relations Internationales Stratégiques” (IRIS) - França; Membro do Conselho Consultor para Questões de Desarmamento - ONU; e Administrador do Instituto de Altos Estudos sobre Defesa Nacional - França. *Les Guerres de Demain* – 1.ed. Paris: Editions de Seuil, 2001.

A localização e as atividades desse aparato militar serão descritas, com o intuito de embasar a discussão sobre sua real destinação. Estaria ele limitado a apoiar o combate ao crime organizado? Ou seria parte componente de um projeto imperial, que pretende estender a dominação norte-americana sobre a América do Sul como um todo, e sobre a Amazônia, em particular?

A Amazônia é uma região imensa! São cerca de 7.050.000km², que se estendem por territórios de oito países sul-americanos e de um departamento ultramarino francês. Trata-se de uma área maior que a da Europa (excluída a Rússia), que sempre atiçou a curiosidade e a cobiça internacionais. Os fatos que nela ocorrem podem exigir medidas que repercutirão muito além de seus limites geográficos. O presente estudo se concentrará nas ações a serem implementadas pelo Poder Naval brasileiro, mormente na área do Comando Naval da Amazônia Ocidental. Não serão consideradas outras áreas correlatas, como o Caribe, ou o Atlântico Sul, onde também reverberam as questões amazônicas.

À luz da Política de Defesa Nacional (PDN), será analisada e criticada a constituição do Poder Naval brasileiro na área de jurisdição do Comando do Quarto Distrito Naval. A Marinha do Brasil (MB), como expressão desse Poder, contribui para reafirmar a soberania brasileira sobre a Amazônia. Cabe-lhe, portanto, estar adequadamente equipada e adestrada para atender às diretrizes emanadas pela PDN, nos mais de 22.000km de rios amazônicos navegáveis em território nacional. Serão externadas algumas sugestões que poderão contribuir para aumentar a eficiência da atuação da MB na região.

A título de conclusão, serão apresentadas impressões e reflexões do autor, quanto ao que representa para o Brasil a presença militar norte-americana na Amazônia. Serão também apresentadas, maneiras vislumbradas para que o Poder Naval brasileiro contri-

bua no esforço de dissuadir as manifestas intenções intervencionistas das potências internacionais, sobre aquela região.

Cabe ressaltar que houve a preocupação de manter esta monografia ostensiva e liberada ao conhecimento de todos. Assim, sem prejuízo da exatidão e da profundidade, não foram utilizadas informações ou fontes de consulta sigilosas.

CAPÍTULO 1

POLÍTICA DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA

Primeiros Passos Rumo à Supremacia

Os EUA possuem uma história de contínuo expansionismo. Isso explica como as “treze colônias” originais, na costa atlântica, se transformaram no quarto maior país do mundo em área, espalhando-se do Atlântico ao Pacífico e do Golfo do México ao Mar Glacial Ártico.

Após tornarem-se independentes e consolidarem seu território, os EUA vislumbraram a necessidade de estender sua influência sobre os demais países americanos, como pré-condição para se tornarem uma potência mundial. A “Doutrina Monroe” (1823) foi o primeiro passo nesse sentido. Ela vedava aos europeus qualquer ingerência nas Américas e, ao mesmo tempo, facultava a intervenção norte-americana onde melhor lhe aprofundasse. Essa doutrina respaldou diversas intervenções e anexações territoriais, em diferentes países da América Central e do Caribe. O controle norte-americano sobre o Golfo do México, Caribe e países limítrofes alcançou dimensões tamanhas que a região foi apelidada de “Mediterrâneo Americano” (37:46).

No final do século XIX, o livro “The Influence of Sea Power Upon History”, de Alfred Thayer Mahan, influenciou fortemente o pensamento estratégico nos EUA. Mahan propugnava que as grandes potências mundiais se alicerçavam num poder naval eficiente e dissuasor, que lhes permitia controlar as rotas marítimas. Para que o Poder Naval norte-americano pudesse otimizar o exercício de suas características de flexibilidade e mobilidade, era necessário permitir seu rápido deslocamento entre os Oceanos Atlântico e Pacífico (39:18).

Reconhecendo o valor estratégico de uma ligação interoceânica próxima da América do Norte, o então Presidente Theodore Roosevelt pressionou a Colômbia, para que cedesse uma faixa de terra, adequada à construção da almejada conexão. Ante a recusa daquele país, os EUA incitaram e garantiram a secessão do Panamá, consumada em 3 de novembro de 1903. Três dias depois, o governo norte-americano reconheceu o novo país e assinou o tratado que assegurou a construção do Canal do Panamá.

Em 1904, o Presidente Roosevelt enunciou seu “Corolário”, no qual reafirmava a “Doutrina Monroe”, explicitava a interação entre interesses governamentais e privados norte-americanos (embrião da “Dollar Diplomacy” do Presidente William H. Taft) e enuncitava a política do “Big Stick”. Além de usar instrumentos econômicos e militares de coerção, os EUA também empregavam o poder de convencimento, muito mais sutil, sorrateiro e de fácil assimilação pelos países do continente. O Pan-americanismo e a cooperação interamericana, que lhes foram infundidos, encobriam a insidiosa conquista de mercados para produtos e firmas norte-americanos (37:235-236).

A Boa Vizinhança e a Hegemonia Continental

Em 1933, o Presidente Franklin D. Roosevelt renunciou à antiga política de intervenção militar unilateral, que tanta desconfiança provocava nos países latino-americanos. Contudo, em sua “política de boa vizinhança”, deixou clara a possibilidade de intervenção multilateral, caso necessário. Ou seja, a partir de então, os EUA procurariam formar coalizões, antes de se lançarem contra países ao sul do rio Grande².

Quando, nos anos 30, a influência nazista pairou sobre as Américas, o governo norte-americano reagiu. Uma de suas iniciativas foi criar a Divisão de Relações Culturais, dentro do Departamento de Estado (1938). Se o título sugeria uma vocação global, suas

² Rio Grande – estabelece a fronteira entre os EUA (estado do Texas) e o México.

atividades eram, “de facto”, direcionadas à América Latina. A estratégia era estreitar laços culturais pelo intercâmbio de estudantes e professores universitários, exibição de espetáculos artísticos e tradução de clássicos da literatura norte-americana. A revista “Time” passou a ter uma edição especial, distribuída por via aérea aos países latino-americanos, enquanto a “Reader’s Digest” começou a ser traduzida para o português (“Seleções”). Nunca negligenciando a importância do poder militar, os EUA ofereciam cursos e intercâmbios para jovens oficiais das forças armadas de países latino-americanos. No entanto, aos olhos dos cidadãos estadunidenses, todo esse esforço não parecia produzir os resultados esperados. Afinal, as exportações para aqueles países não apresentavam o incremento ou os lucros almejados. Contudo, se o comércio não floresceu como pretendido pelos imediatistas, no campo político pode-se, atualmente, verificar a eficiência da estratégia no longo prazo. Ao fim da Segunda Guerra Mundial os EUA já possuíam inquestionável hegemonia sobre as Américas (37:246-262).

A Hegemonia Mundial e a Dominação Continental

Percebe-se que os EUA empregavam há tempos o “soft power”, ou “poder brando”, que hoje se propala como grande novidade. Trata-se do poder de influenciar pela cultura, pelo conhecimento, pelo estabelecimento da agenda. O “soft power” deve ser empregado em harmonia com os poderes econômico e militar, componentes do “hard power”, ou “poder bruto”, para lhes maximizar a flexibilidade e a eficiência (32:36-38).

Os norte-americanos têm-se valido de uma série de medidas para alcançar seus objetivos políticos. Essas medidas abrangem: as alterações na agenda política (direitos humanos, narcotráfico); as pressões econômicas (empréstimos, abertura de mercados); a limitação de acesso a tecnologias; a propaganda maciça de valores norte-americanos através de livros, filmes, música; o oferecimento de cursos para militares e de bolsas de

estudo para estudantes e professores universitários; a cessão de equipamentos para as forças armadas (desde que considerados obsoletos); e até mesmo as intervenções militares “multilaterais” (República Dominicana; Granada; Haiti; Panamá). Todas essas medidas, implementadas (ou apenas ameaçadas) em conjunto, têm exercido poderosa influência sobre os demais Estados americanos, fazendo com que a hegemonia alcance as raíais da dominação. Quanto mais vulneráveis e dependentes dos Estados Unidos da América forem os países-alvo, mais eficientes e coercitivas serão essas medidas.

Após o fim da Guerra Fria, os EUA têm tido como objetivo político garantir que os governos continentais mantenham uma posição subordinada, “não-contestatória” à sua supremacia. Buscam também, por meio da criação da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), inserir os Estados americanos de forma plena e definitiva em seu espaço de dominação econômica. Com isso a potência hegemônica pretende:

- a) assegurar a existência de regimes que defendam seus interesses políticos e econômicos, nos países do continente;
- b) impor sua cultura aos demais países;
- c) promover sua visão de mercado, através de um sistema que articule suas universidades como centros fornecedores de treinamento profissional, para integrantes das elites latino-americanas;
- d) implantar um sistema econômico nas Américas, cujas normas garantam maior liberdade de circulação de capitais, bens e serviços (seus fatores de prevalência), mas que excluam o fator trabalho;
- e) dar maior proteção a setores de sua economia, ameaçados de competição dentro e fora do continente, pelo livre acesso aos mercados dos outros países das Américas, ou mediante a criação de barreiras de defesa de seu mercado (produtos agrícolas, por exemplo);

- f) induzir os demais Estados americanos a adotar procedimentos jurídicos, normas de atividade, instituições e políticas econômicas condizentes com padrões estadunidenses;
- g) garantir seu acesso direto às fontes de matéria-prima existentes no continente, em especial aos bens energéticos; e
- h) inibir o aparecimento de pólos de tecnologia fora de seu controle, de modo a impedir o surgimento de rivais nos mercados mais lucrativos (7:137-138).

Combate ao Narcotráfico

Fruto da eficiência das estratégias empregadas, sempre houve uma certa tranquilidade por parte dos norte-americanos, quanto à consecução de seus objetivos na América do Sul. Isso possibilitou que sua política externa priorizasse outras regiões do mundo. Entre o final da década de 80 e o início dos anos 90, o único fator perturbador da ordem continental, sob a ótica norte-americana, era a questão do tráfico de drogas, especialmente a cocaína.

Praticamente toda a cocaína consumida nos EUA provém de países andino-amazônicos (Bolívia, Colômbia e Peru), sendo a Colômbia o principal fornecedor. Estima-se que 480 toneladas dessa droga cheguem ao mercado norte-americano, anualmente (2). A ênfase atribuída ao problema pelos governos dos EUA, e a forma etnocêntrica como percebem os países abaixo do rio Grande, provocaram um inevitável sincretismo entre a política externa norte-americana para a América do Sul e a sua política antidrogas, com predominância da segunda sobre a primeira.

Essa visão justificou a crescente presença de funcionários dos EUA nos países amazônicos. Inicialmente foram assessores das agências americanas de inteligência ("Central Intelligence Agency" - CIA) e de combate às drogas ("Drug Enforcement Administration" - DEA), evoluindo para o envio de militares e o estabelecimento de ba-

ses, à guisa de auxiliar aqueles países no combate ao narcotráfico. O processo, que ainda está em curso, deve causar desconforto e apreensão ao Brasil, pela semelhança que guarda com a estratégia da contenção, empregada contra a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com as intervenções norte-americanas no Vietnã, Nicarágua e Iraque, por exemplo. Essa escalada militar, que se iniciou no governo de George Bush (pai), prosseguiu nos governos de William J. Clinton (“Plano Colômbia”) e permanece crescente, na administração de George W. Bush (29:35-45).

A Nova Face do Império

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, contra os prédios do “World Trade Center” e do Pentágono, tiveram um profundo impacto sobre o povo norte-americano. Pela primeira vez em muitos anos seu território continental fora violado. Isso não havia ocorrido sequer durante as duas guerras mundiais! O fato provocou uma forte guinada, em direção ao unilateralismo e a um endurecimento ainda maior na postura política do país hegemônico, que passou a agir como um verdadeiro Império. Na ânsia de retaliar o ataque sofrido, o Presidente George W. Bush estabeleceu uma lista de inimigos (Estados do “Eixo do Mal” e organizações terroristas), que deveriam ser atacados e neutralizados. Assim, em 2002, respaldados por uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), os EUA lideraram uma coalizão que invadiu o Afeganistão e depôs o governo dos “talibãs”.

Em 17 de setembro de 2002 foi promulgada a nova “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”. Nesse documento, o Presidente Bush prega a supremacia militar norte-americana, contra qualquer combinação de forças imaginável. A determinação de alcançar e manter essa supremacia pode ser facilmente percebida, ao se comparar o orçamento militar norte-americano com os orçamentos dos demais países. A as-

simetria é estarrecedora! Com US\$ 379 bilhões para investir em defesa no corrente ano, o orçamento militar dos EUA supera o somatório dos vinte e cinco maiores orçamentos militares do mundo (19)! Ficou também explicitada na nova estratégia, a intolerância norte-americana em relação à posse de armas de destruição em massa (nucleares, biológicas, ou químicas). Contra isso, foi estabelecido que os EUA se permitirão desencadear ataques preventivos contra quaisquer Estados, ou organizações que, a seu juízo, os ameacem com armas de destruição em massa. Outra faceta inquietante do documento é a absoluta agnosia às regras do Direito Internacional. Não se menciona que as ações obedecerão a preceitos legais e se omite qualquer referência à Carta da ONU. Os organismos internacionais recebem apenas menções perfunctórias. O respeito à primazia da lei e da ordem, que norteava a política norte-americana (ao menos no discurso), parece esquecido (27:1-4).

Essa nova postura imperial ficou patenteada em março deste ano, quando os EUA invadiram o Iraque e depuseram o governo ali instalado, sob a alegação de que o país possuía armas de destruição em massa e vínculos com organizações terroristas. Apesar de ser contrária à intervenção, a ONU foi impotente para coibi-la. À frente de uma “coalizão” (se é que se pode chamar assim), os EUA desconsideraram a ONU; disseminaram a discórdia na União Européia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte; abalaram o frágil apoio popular que possuíam governos aliados, como os da Jordânia, do Egito e da Arábia Saudita; estabeleceram a legitimidade do ataque preventivo na cena internacional; e, possivelmente, transformaram monstros em mártires, para milhões de muçulmanos (Saddam Hussein; terroristas da Al-Qaeda). Para culminar, ainda não encontraram qualquer arma de destruição em massa, ou provas de envolvimento do governo iraquiano com terroristas, o que vem maculando a credibilidade do próprio argumento estadunidense.

“Condição de Mera Natureza”

Enquanto este trabalho é escrito, o “colosso do norte” demonstra sua pujança militar e seu interesse global, lutando em três frentes distintas, Afeganistão (ainda não pacificado); Iraque (vencido mas ainda resistindo); e Colômbia (narcotráfico). O impune exercício de seu incontestado “hard power” ao arrepio das leis, suscita suspeição e temores nos demais países. Corrói, necessariamente, a confiança e os laços conquistados por seu “soft power”, que ao longo dos anos cooptou Estados com eficiência. O Império está utilizando seu “poder bruto” de uma maneira que tende a enfraquecer seu “poder brando”. No futuro, isso poderá mostrar-se contraproducente, criando resistências internacionais que tornarão altíssimo o custo da hegemonia e baixíssimos seus benefícios, vindo a fragilizar a dominância mundial tão hábil e arduamente conquistada. O bom senso sinaliza num sentido oposto, utilizar sempre o “soft power” como instrumento para fortalecer seu “hard power” (32:81).

Nesta “condição de mera natureza”, onde as leis são ignoradas e reinam a anarquia e a guerra, uma questão tem se delineado com nitidez: a flagrante diferença entre as relações norte-americanas com os países que possuem armas de destruição em massa (ou possuem a capacidade de produzi-las), e suas relações com os países incapazes de fabricá-las (25:253). Aos primeiros, é dispensado tratamento “civilizado”, de acordo com o direito internacional. Aos demais, cabe a escolha entre aceitar as imposições, ou sofrer as sanções que melhor aprazam ao Império. A percepção desse dualismo, já provoca alterações nas alianças e nas posturas de alguns Estados (Coreia do Norte e Irã, por exemplo). Permanecendo essa situação, é previsível que outros países recorram ao mesmo expediente, o que desencadeará uma corrida armamentista, buscando o equilíbrio de po-

der e a segurança individual. O antigo paradigma de respeito às leis internacionais parece ter sido relegado a segundo plano.

Quem será o próximo a ser atacado? O que fazer para dissuadir ingerências em questões de ordem interna? Como preservar soberania e interesses nacionais, à sombra de tamanha ameaça? Estas perguntas pululam hoje nas mentes dos políticos e estrategistas de todo o mundo. O Brasil, como proeminente Estado sul-americano, deve preocupar-se também. Suas riquezas estratégicas nunca passaram despercebidas da cobiça externa. Ademais, almeje-se ou não, há um lugar de liderança reservado ao Brasil, na A-



Figura nº 1 Amazônia internacionalizada

mérica do Sul. Se o país virar as costas a esta vocação inata e negligenciar seu “status” e seus deveres de potência regional, corre o risco de ver seu poder polarizador esmaecer e incentivar a sanha predatória de outros. A Figura nº 1 serve para ilustrar o problema. Nela, a Amazônia aparece em destaque, como “Reserva Internacional da Floresta Amazônica”. O texto é escrito num inglês vulgar, rude e avil-

tante aos países sul-americanos. A Figura provém de fonte indeterminada, sendo veiculada pela Internet de forma recorrente. Apesar de sua autenticidade ser questionável, ela é prova inconteste da importância da Amazônia. Mesmo que se trate de uma brincadeira de mau gosto, quem a fez pensava na Amazônia.

As riquezas naturais³, a vastidão territorial, a escassez demográfica (menos de 2 hab/km²) e o frouxo controle exercido pelos Estados lindeiros, atuam como chamarizes da cobiça internacional e disponibilizam a região para os mais variados e escusos intentos. Narcotráfico e guerrilha, são exemplos de atividades ilícitas, que há anos grassam pela Amazônia, e que motivam potências estrangeiras a pleitearem direitos sobre a região. Os capítulos seguintes darão maior profundidade ao assunto.

³ A maior biodiversidade do planeta, por exemplo.

CAPÍTULO 2

“PLANO COLÔMBIA”

Antecedentes

Os conflitos na Colômbia têm causas antigas que, ao longo dos anos, vêm agravando as divisões na sociedade do país. A análise dessas causas é complexa e extrapola o objetivo deste trabalho. Contudo, de uma maneira resumida, pode-se assumir que a atualidade colombiana é fruto de uma estrutura fundiária que sempre privilegiou o latifúndio; de conjunturas econômicas perversas e segregadoras; da demanda mundial por drogas proibidas; de sucessivos governos injustos e ineficientes; e, finalmente, do oportunismo político de aproveitadores dos mais variados matizes. O resultado desse processo foi a aparição de movimentos guerrilheiros de esquerda⁴; de movimentos de direita⁵, que se opõem àqueles; o surgimento de quadrilhas de traficantes de drogas, que permeiam ambos os movimentos, transacionam quantias bilionárias e corrompem a sociedade; e o desgaste das instituições nacionais.

Em meio ao fogo cruzado entre as guerrilhas, que ocupam quase a metade do país, e as forças governamentais, a população rural se viu desamparada, sendo penalizada por todos os demais atores do problema. Nesse ambiente hostil, os camponeses colombianos foram sendo expulsos de suas terras e empurrados, paulatinamente, para a selva amazônica e para os contrafortes andinos. Enfim, foram compelidos a ocupar as terras que não interessavam aos poderosos. Ali, empobrecido e desamparado pelo Estado, o homem do campo colombiano se viu diante da alternativa entre plantar as deficitárias culturas con-

⁴ Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e Exército de Libertação Nacional (ELN).

⁵ Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC).

vencionais e definhar, ou plantar coca e ser regamente remunerado pelos traficantes. Diante de tais opções, não houve qualquer dúvida quanto ao caminho a trilhar.

As folhas de coca são tradicionalmente mascadas, ou usadas para fazer chá, pelas populações andinas, como forma de aplacar a fome e os efeitos da altitude sobre o organismo. Elas constituem matéria-prima no processo industrial para a produção da cocaína. A coca (“*Erythroxylum coca*”) é uma planta nativa da vertente leste da Cordilheira dos Andes. De suas 200 espécies, apenas 17 produzem cocaína. Dessas 17 espécies, 15 apresentam baixos índices do alcalóide da cocaína e não são plantadas. As duas espécies restantes vicejam entre 500 e 2000m de altitude. A variante ipadu, que é cultivada pelos índios do alto Amazonas, não se presta à produção de cocaína, por seu baixo rendimento (36:1-3).

A Bolívia, a Colômbia e o Peru são países amazônicos cortados pela cordilheira dos Andes. Montanhas acidentadas, cujas vertentes orientais são cobertas pela floresta amazônica, à medida que decaem. Assim, relevo e vegetação parecem conspirar para dificultar as ações governamentais, oferecendo santuário às atividades ilícitas.

Iniciativa Colombiana

Após sucessivos e infrutíferos esforços para debelar o narcotráfico e a guerrilha, o governo colombiano desenvolveu o que ficou conhecido posteriormente como o “Plano Colômbia”. A estratégia, elaborada em 1998 pelo então presidente Andrés Pastrana, visava erradicar as drogas e a violência no país. Isso seria alcançado por meio de entendimentos entre o governo colombiano e os principais grupos guerrilheiros (FARC e ELN), gerando condições para o desenvolvimento de projetos para reabilitar as zonas mais atingidas pela violência e, gradualmente, eliminar a produção de coca e de papoula (matéria-prima da heroína). Esse esforço envolveria entidades governamentais, guerri-

lheiros, comunidades indígenas e camponeses. O aumento de gastos militares nem era mencionado na versão original. Apesar da importância da iniciativa, tanto os atores internacionais como os nacionais não se interessaram por ela e a estratégia permaneceu no campo da retórica (26:35).

A expressão “Plano Colômbia” só passou a ser associada à iniciativa do Presidente Pastrana após o engajamento norte-americano em sua implementação. Coincidentemente, esse engajamento ocorreu na esteira da desativação da Base Aérea de “Howard”, no Panamá (dezembro de 1999), e gerou a proliferação de acordos que permitiram aos EUA a instalação e a coabitação de bases militares na Colômbia e em outros países amazônicos (verificar posicionamentos nas páginas A-1 e A-2).

O “Plano”

O “Plano Colômbia” previa um orçamento de US\$ 7,5 bilhões. Desse total, US\$ 4 bilhões seriam desembolsados pela Colômbia, por intermédio da privatização de empresas; de empréstimos junto a instituições internacionais; da renda gerada pelo crescimento econômico do país; e da emissão de bônus, a serem adquiridos pelos maiores grupos financeiros nacionais. Porém, com sua economia debilitada, o país ainda não conseguiu levantar essa quantia. Houve também a expectativa de que a União Européia contribuísse com US\$ 1 bilhão, mas isso não se concretizou, pois os governos europeus não aprovaram a dimensão militarista que a participação dos EUA agregou ao “Plano”. Assim, do orçamento previsto, apenas a contribuição norte-americana permaneceu assegurada. Em junho de 2000, o Congresso estadunidense aprovou a concessão de um pacote econômico superior a US\$ 1,3 bilhões, para a Colômbia. Não obstante o “Plano” apresentar seis projetos abrangendo direitos humanos, instituições jurídicas e operações militares, a

componente repressão foi contemplada com os maiores montantes, como se pode verificar na Tabela nº 1:

VALOR (milhões)	DESTINAÇÃO	OBSERVAÇÕES
US\$ 416,9	Operações antidrogas no sul da Colômbia.	Treinamento de tropas do exército colombiano e compra de 60 helicópteros "Blackhawk" e "Huey" (norte-americanos), para operações militares nas regiões produtoras de cocaína.
US\$ 378,6	Operações de interdição ao tráfico de drogas.	Modernização e instalação de sistemas de radares, aviões e lanchas, para controlar o tráfico aéreo, marítimo e fluvial de drogas (material norte-americano).
US\$ 115,6	Ajuda à Polícia Nacional Colombiana.	Assistência técnica aos serviços de inteligência da polícia e compra de aviões para fumigação de plantações de coca na região de Putumayo, onde se produz metade da droga colombiana.
US\$ 106	Promoção dos direitos humanos e reforma do sistema judicial colombiano.	Treinamento de promotores e apoio a programas educacionais relacionados com direitos humanos.
US\$ 106	Desenvolvimento econômico alternativo.	Fomentar atividades agrícolas alternativas às plantações de coca e papoula, construção de escolas, hospitais e estradas nas regiões afetadas pelo conflito e pelo tráfico de drogas.
US\$ 183	Promover a paz na região andina.	Doações a instituições colombianas, equatorianas e bolivianas, para o desenvolvimento social de regiões pobres desses países.

Tabela nº 1 Discriminação das verbas do "Plano Colômbia" (26:12-15).

Observa-se que os três primeiros programas, relacionados com assistência policial e militar, receberam US\$ 911,1 milhões (69%) do total. Se forem acrescidos os US\$ 290 milhões liberados em 1998, pelo Congresso dos EUA com a mesma destinação, percebe-se que a componente policial-militar do "Plano Colômbia" foi aquinhoadada com mais de 75% da ajuda norte-americana. A própria expressão "narcoguerrilheiros", cunhada no governo do Presidente Ronald Reagan e resgatada na administração de William Clinton, já ensejava a abordagem militar do problema colombiano (29:62).

Vale ressaltar que grande parte da verba alocada ao "Plano Colômbia" pelos EUA, reverteu para firmas norte-americanas. A "United Technologies - UTC" (controladora da "Sikorsky Aircraft") recebeu US\$228 milhões para fornecer 18 helicópteros "Black Hawk", enquanto a "Textron" (controladora da "Bell Helicopters") recebeu US\$ 60 mi-

lhões para modernizar os antigos “Huey” colombianos. A “DynCorp” e a “Military Professional Resources Inc.” (MPRI) foram contratadas para fornecer militares da reserva norte-americanos (mercenários), em apoio às forças colombianas, aumentando o contingente de 300 militares dos EUA, autorizados a permanecer na Colômbia. Os “funcionários” da “DynCorp” pilotam aviões de fumigação e helicópteros armados, que atuam contra as plantações de coca⁶ e os narcoguerrilheiros, respectivamente (29:64-65). A MPRI recebeu US\$ 4,3 milhões para que 14 “funcionários” seus treinassem, por um ano, forças colombianas em ações antiguerrilha (12). Outra companhia norte-americana favorecida pelo “Plano Colômbia” foi a “AirScan Inc.”. Suas aeronaves orientam unidades colombianas para combater guerrilheiros. Em dezembro de 1998, um helicóptero colombiano, do 1º Comando Aéreo de Combate, lançou uma bomba “cluster”, de fabricação norte-americana, sobre a vila de Santo Domingo, matando 18 civis. O helicóptero estava sendo direcionado por um avião da “AirScan Inc.” (31).

A administração Bush vem solicitando ao Congresso norte-americano sucessivos reforços orçamentários, a serem aplicados no “Plano Colômbia”. Isso elevou a mais de US\$ 2,5 bilhões o montante já investido. Conforme mencionado, a maior parte dessa verba foi destinada à componente policial-militar do “Plano” (16).

Resultados

A despeito de todo o empenho e das vultosas verbas aplicadas, o que se vislumbra até o presente como consequências do “Plano Colômbia” são: a intensificação da guerra civil colombiana, com o aumento da violência que vitima todas as partes envolvidas; a

⁶ Tem sido fumigado o herbicida “Roundup Ultra”, produzido pela empresa norte-americana Monsanto Company (29:71-72). Atentar para a observação extraída da “home page” da empresa Monsanto, na Internet: “Roundup® agricultural herbicides will kill plants that do not contain the Roundup Ready® gene.” (Herbicidas Roundup® matarão plantas que não possuam o gene Roundup Ready®). Disponível em: <http://www.monsanto.com/monsanto/us_ag/layout/crop_pro/roundup_ultradry/default.asp>. Acesso em: 03 set. 2003.

degradação do ecossistema amazônico, decorrente de queimadas e da fumigação de herbicida altamente tóxico; o “transbordamento” do conflito para outros países (Brasil, Equador, Panamá, Peru e Venezuela), pela migração de refugiados, e/ou por ações policiais-militares nas respectivas faixas de fronteira; o agravamento das perversas condições sócio-econômicas colombianas; e a consolidação da presença militar norte-americana na Amazônia (29:71-76).

A produção de cocaína, que deveria ser o alvo prioritário do “Plano”, não apresenta redução sensível. Na verdade, o que tem sido observado é que quando o plantio de coca

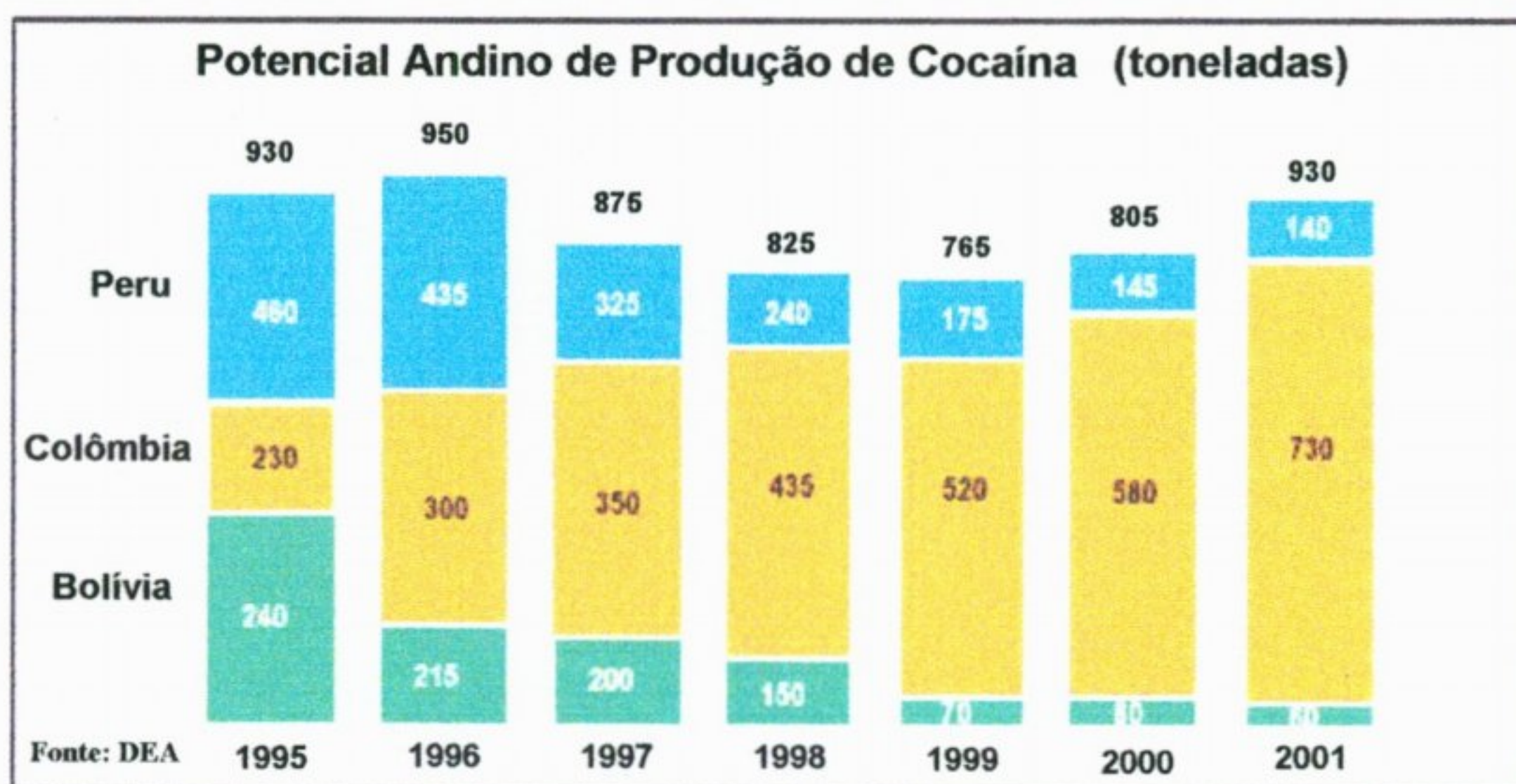


Figura nº 2 Produção de cocaína - Comparativo

diminui na Bolívia e no Peru, como ocorreu no final dos anos 90, ele aumenta na Colômbia e vice-versa⁷. Dessa forma, a produção e a oferta de cocaína se mantêm praticamente estáveis (Fig. nº 2).

Segundo a DEA, a partir de junho de 2002, as plantações colombianas de coca começaram a decrescer. Em contrapartida, se percebeu um incremento das culturas peruanas e bolivianas. No Peru esse incremento ocorreu, principalmente, no vale do rio Hual-

⁷ A redução das plantações de coca na Bolívia e no Peru, na década de 90, foi fruto do apoio norte-americano à erradicação das culturas e às forças policiais e militares que combatem o narcotráfico naqueles países.

laga (Fig. nº 3), município de Tingo Maria (29:76). Como fator perturbador adicional, os guerrilheiros do “Sendero Luminoso” ressurgiram, praticando seqüestros e atentados.



Figura nº 3 Áreas de cultivo de coca

Na Bolívia, os camponeses da região de Yungas (vertente leste dos Andes) e do vale do rio Chapare (Vila Tunari), voltaram a cultivar a coca, em ritmo intenso. A despeito da repressão e dos esforços do governo apoiado pelos EUA, os camponeses bolivianos têm se mostrado irredutíveis em seu propósito de retomar as tradicionais e hoje lucrativas plantações de coca. Os conflitos gera-

dos pelo choque de interesses já vitimaram tanto camponeses, como membros de forças governamentais (18).

Conseqüências para o Brasil

Tratando-se de uma planta de altitude e em decorrência das grandes distâncias que separam as áreas produtoras e a fronteira do Brasil, não é provável a transmutação das áreas de cultivo de coca para dentro do território nacional.

Contudo, o país deve estar preparado para outras consequências do “Plano Colômbia”, que já se fazem sentir. O caráter da ajuda norte-americana à Colômbia (Fig. nº 4) acarretou um processo de militarização numa região conturbada pelo choque de interesses os mais diversos. Assim, outros países amazônicos, como Equador, Peru e Venezuela, tomaram medidas para equilibrar o poder militar colombiano. Cômico de que poderá ser afetado pelos conflitos e instabilidades que ocorrem em seu entorno, o próprio Brasil vem incrementando sua presença militar na Amazônia.

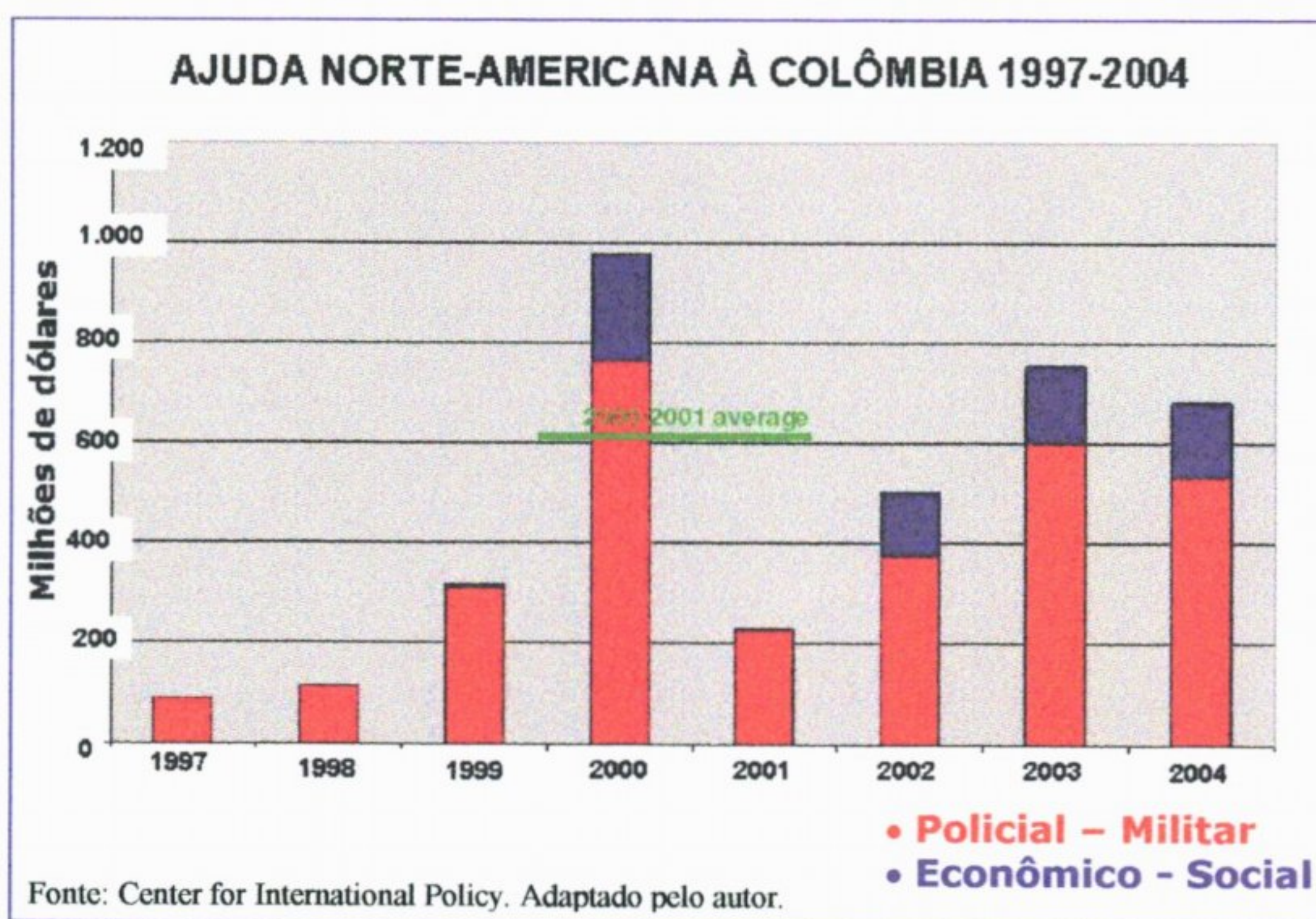


Figura nº 4 Ajuda financeira à Colômbia 1997-2004

A pressão exercida por colombianos e norte-americanos sobre os narcoguerrilheiros já provoca a evasão de guerrilheiros e camponeses, pelas porosas fronteiras da região, para os países vizinhos à Colômbia. Isso tem provocado atritos com os Estados limítrofes, como ocorreu quando a Venezuela bombardeou posições das AUC, no final de março deste ano (23).

Se o “Plano Colômbia” não obteve o sucesso esperado no combate ao narcotráfico, ele vem respaldando o estabelecimento de bases e consolidando a presença de militares norte-americanos na Amazônia. Esse processo será discutido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

MILITARES NORTE-AMERICANOS NA AMÉRICA DO SUL

Intenções e Necessidades Estratégicas

Com a finalidade declarada de apoiar o combate ao narcotráfico na Amazônia, os EUA vem exercitando seu formidável poder militar, instalando bases próprias e enviando tropas, assessores e equipamentos, para operarem a partir de bases pertencentes a países amazônicos. O mapa na página A-1 demonstra o dispositivo geral das forças norte-americanas na Amazônia, assim como bases no Atlântico Sul de seu aliado atávico, o Reino Unido (RU). Sem atribuir intenções a quem quer que seja, pode-se perceber nesse mapa o esboço de um verdadeiro sítio estratégico que se conforma contra o Brasil.

É difícil estabelecer com precisão os efetivos, os interesses e as capacidades de assessores e de militares norte-americanos na região amazônica. Contudo, uma análise criteriosa pode lançar alguma luz sobre o que fazem, o que pretendem e o que representam esses estrangeiros na Amazônia.

Com o fechamento da Base Aérea de “Howard”, no Panamá, e a saída das tropas norte-americanas daquele país, em dezembro de 1999, os EUA se viram sem pontos de apoio que facilitassem a projeção de seu poder na América do Sul. Ao invés de tentar instalar outro grande complexo militar como “Howard”, que suscita polêmica e fortes reações das lideranças dos países “anfitriões”, os EUA optaram por estabelecer quatro bases de menores dimensões, além de coabitarem bases nativas. A essas quatro bases foi dada a designação de “Forward Operating Locations” (“FOL”) – Bases Operacionais Avançadas. A atual estratégia descentralizadora é comandada pelo “U.S. Southern Command” (“SouthCom”) – Comando Sul dos EUA, sediado em Miami.

“Forward Operating Locations” (“FOL”)

As “FOL” são bases aéreas que têm a finalidade de apoiar as tropas, os assessores e as operações norte-americanas, em suas respectivas áreas de responsabilidade. As primeiras foram instaladas em áreas adjacentes aos aeroportos internacionais de Curaçao e Aruba, sob a anuência da Holanda⁸. A seguir, foi estabelecida outra “FOL” na Base Aérea de Manta (Equador)⁹, a partir de onde são coordenados os esforços norte-americanos na Amazônia. A mais nova é a Base de Comalapa, em El Salvador (35).

Todas as “FOL” possuem pistas de pouso com mais de 3.000m de extensão, que foram recapeadas, ampliadas e reforçadas, possibilitando-lhes operar as maiores aeronaves de transporte norte-americanas, como o C-5 “Galaxy” e o C-17 “Globemaster”¹⁰. Os equipamentos de auxílio à navegação dessas bases foram substituídos por outros mais modernos, permitindo operações aéreas dia e noite, sob qualquer condição meteorológica. Foram também erigidos e modernizados hangares, oficinas, pátios e demais facilidades para operação e habitabilidade das bases. O custo dessas obras ultrapassou os US\$ 120 milhões, sendo parcialmente coberto por verbas do “Plano Colômbia”.

A partir das “FOL”, os EUA passaram a operar aviões P-3 “Orion” e E-2 “Hawkeye”, da Marinha; F-15 “Eagle” e F-16 “Fighting Falcon”, da Guarda Nacional; e KC-135 (reabastecimento) e E-3 “AWACS”, da Força Aérea¹¹. Operam também outros tipos de aviões, como o RC-7 “De Havilland”, capaz de interceptar comunicações e de detectar a presença humana sob as copas das árvores.

⁸ Curaçao - Aeroporto Internacional “Hato”; Aruba - Aeroporto Internacional “Rainha Beatriz”.

⁹ A Base Aérea de Manta é contígua ao Aeroporto Internacional “Eloy Alfaro” (litoral do Equador).

¹⁰ C-5 - Capaz de transportar 291.000lb de carga, ou 320 soldados. Transporta qualquer equipamento do Exército norte-americano.

C-17 -Capaz de transportar 170.900lb de carga, ou 102 soldados.

¹¹ “AWACS” – Airborne Warning and Control System (essa aeronave constitui posto de vigilância, comando, controle e comunicações para a condução da guerra aérea, em qualquer condição meteorológica).

A Base em Curaçao abriga até dois aviões grandes (E-3 e/ou KC-135, por exemplo), dois médios (P-3 e/ou E-2) e seis aviões de pequeno porte (F-15 e/ou F-16). Nela servem de 200 a 230 militares, em regime de rodízio. A Base em Aruba é menor, possuindo capacidade de receber dois aviões médios e três pequenos. Lá estão destacados apenas 50 militares norte-americanos.

No Equador, os EUA instalaram sua maior “FOL”. A Base Aérea de Manta possui capacidade para receber até quatro aviões grandes e sete médios. Cerca de 300 militares estadunidenses a guarnecem normalmente, mas esse efetivo pode ser elevado a 475, em situações especiais.

A utilização das “FOL” foi possível após a assinatura de uma série de acordos, com os países onde as mesmas se situam. Esses acordos prevêm o uso dessas bases por dez anos, renováveis por períodos de cinco anos (11).

Estações de Radar

Para operar em conjunto com as aeronaves das “FOL”, os EUA estabeleceram 17 estações de radar em países sul-americanos. Custando mais de US\$ 10 milhões, cada estação é guarnecida por cerca de 45 militares norte-americanos (entre técnicos e pessoal de segurança). Por via de regra, elas se situam em bases militares que possuam pista de pouso, ou estejam próximas de aeroportos, a fim de permitir o rápido apoio de aeronaves norte-americanas.

Na Venezuela estão instaladas três dessas estações: uma em Isla Margarita, outra próxima de Punto Fijo, na Península de Paraguaná e a terceira em San Fernando de Atabapo, às margens do rio Orinoco, fronteira com a Colômbia (ver páginas A-2 e A-3).

Na Colômbia foi instalado o maior número dessas estações de radar. Uma está na Ilha de San Andrés e outra em Riohacha (península de Guajira), ambas no Mar do Caribe. Há também estações na Base Aérea de Marandúa (Província de Vichada, confluência dos rios Tomo e Terecay); em San José del Guaviare; em Letícia (fronteira com o Brasil); em Araracuara (divisa entre as Províncias de Caquetá e Amazonas); em Mecana, no litoral Pacífico (Bahia Solano); e na Base Aérea de Três Esquinas (Fig. nº 5), onde

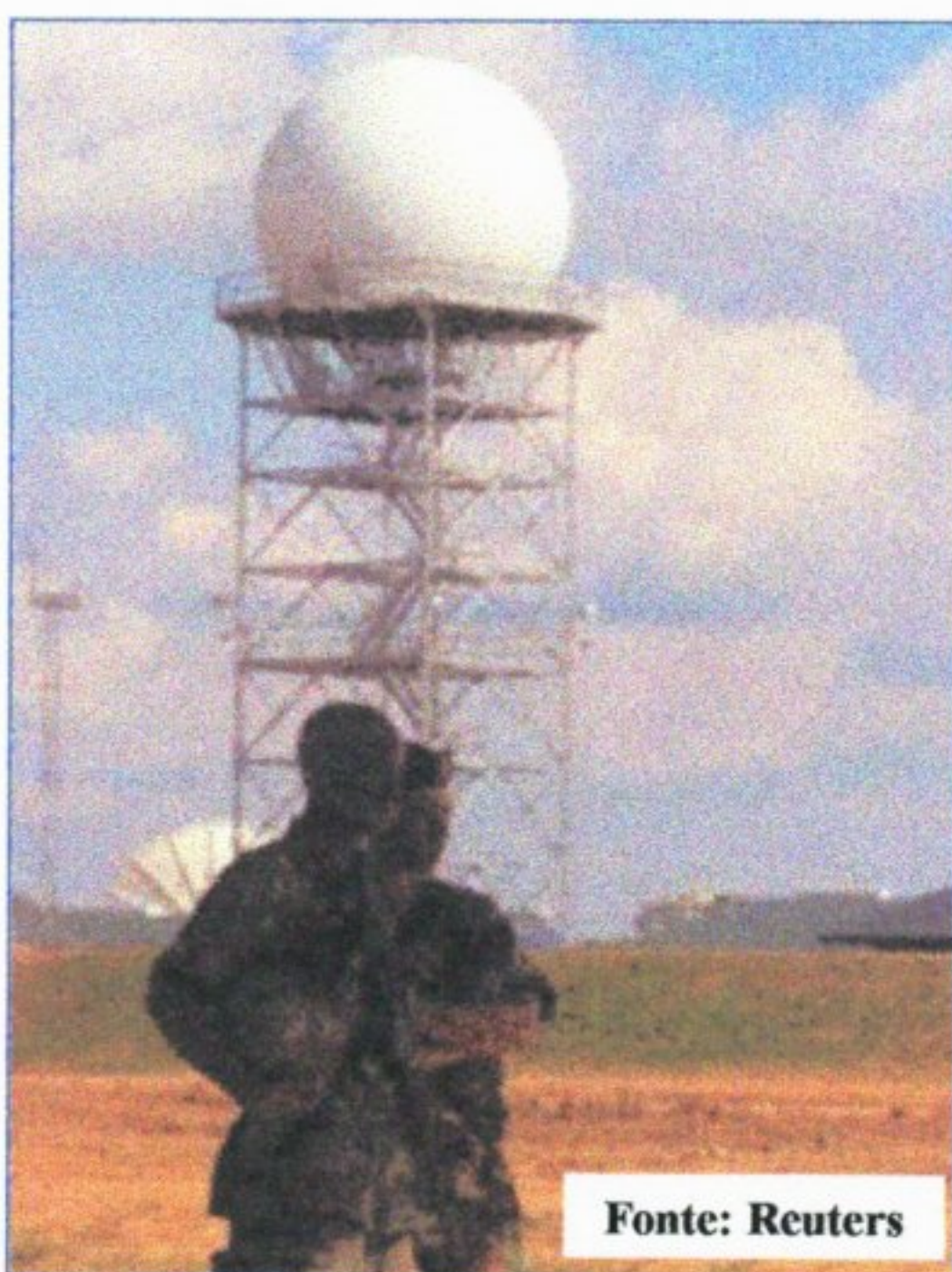


Figura nº 5 Radar - Base de Três Esquinas

de estão sediados os esquadrões de helicópteros e os três batalhões treinados pelos norte-americanos, para operações antiguerrilha¹².

No Peru, as estações de radar foram instaladas em Andoas, próximo à fronteira com o Equador (rio Pastaza); em Pucallpa (rio Ucayali); e em Iquitos, à margem do rio Marañon¹². As demais estações de radar são móveis, sendo desconhecidas suas localizações (13).

Como se pode verificar, trata-se de um complexo sistema de vigilância, que controla parcela considerável do espaço aéreo amazônico. Esse sistema possibilitou a detecção, interceptação e até mesmo o abate de aeronaves que voavam ilegalmente na região. Num desses episódios, o avião em que viajava o traficante brasileiro “Fernandinho Beira-Mar” foi detectado, interceptado e forçado a pousar, permitindo a captura do meliante¹³. Ironicamente, no dia seguinte (20 de abril de 2001), um avião da Força Aérea Peruana, orientado por aeronave norte-americana, abateu um pequeno avião em que viajava

¹² Ver página A-2.

¹³ “Fernandinho Beira-Mar” homiziava-se entre os guerrilheiros das FARC.

uma família estadunidense, provocando a morte de mãe e filha. A comoção que o fato causou nos EUA foi determinante para interromper esse tipo de operação. Apesar do lamentável engano, os casos apresentados servem para demonstrar a eficiência do “SIVAM norte-americano”¹⁴. Recentemente, os vãos de vigilância e interceptação foram retomados após a visita do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld à Colômbia, em agosto de 2003.

Militares dos EUA na Amazônia e Potenciais Contenciosos

Para melhor avaliar as possibilidades do aparato montado na Amazônia, serão discutidas a seguir as atividades militares norte-americanas em países amazônicos, assim como algumas questões pertinentes a esses países, capazes de afetar o Brasil no futuro.

Guiana Francesa

A Guiana Francesa possui a peculiaridade de não ser um país independente. A posse desse Departamento Ultramarino fundamentou um pleito da França, para que fosse incluída no rol dos países amazônicos. A pretensão foi rejeitada, mas demonstra o interesse francês na região. Em 1989, na Conferência de Haia para o meio ambiente, o Presidente francês François Mitterrand lançou o conceito de soberania limitada, para os países com extensas reservas florestais (sic). O Brasil rechaçou o pleito francês (2).

Historicamente, a França sempre tentou se apoderar de terras na América do Sul. Ela fundou, no Brasil, a “França Antártica” (Rio de Janeiro - século XVI) e a “França Equinocial” (Maranhão - século XVII). Ambas as invasões foram repelidas, mas no século XVII, ela conseguiu se estabelecer na Guiana Francesa (ver página A-1).

Usufruindo da proximidade equatorial de seu Departamento Ultramarino, a França instalou em Kourou, no ano de 1965, sua base de lançamento de foguetes. Trata-se de

¹⁴ SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia.

uma grande base, com três plataformas, que tem efetuado diversos lançamentos desde sua inauguração.

Como potenciais contenciosos na região, pode-se destacar o contrabando de bebidas, de material eletrônico e o garimpo ilegal no rio Oiapoque, fronteira com o Brasil. Há também litígio fronteiriço com o Suriname, que reivindica a região entre os rios Litani e Marouini. Essa área faz fronteira com o Brasil (Amapá), que acompanha as negociações.

A França mantém estacionados na Guiana Francesa um Navio-Patrolha; três helicópteros Puma; e o 9º Regimento de Infantaria de Marinha, com cerca de 400 fuzileiros navais (2).

Suriname

O país tem uma vida política conturbada, eivada por golpes militares e com governantes acusados de conivência com o tráfico internacional de drogas. O Suriname reivindica territórios da Guiana Francesa (região entre os rios Litani e Marouini) e da Guiana (região entre os rios Courantine e Novo). Ambas as áreas em litígio fazem fronteira com o Brasil, constituindo-se potenciais fontes de conflito.

Apesar de não ser considerado produtor, o Suriname é rota de exportação de cocaína, proveniente da Colômbia. Acredita-se que cerca de sete toneladas da droga transitem por ali anualmente, rumo aos EUA e Europa. No sentido inverso, por esse país são contrabandeadas armas que alimentam os movimentos guerrilheiros da Colômbia (2).

Guiana

Além da disputa fronteiriça com o Suriname, a Guiana possui dois terços de seu território sendo reivindicados pela Venezuela. O litígio encontra-se na ONU, que estuda uma solução pacífica para o problema (33:286-287).

Venezuela

O país vem sofrendo grande instabilidade política desde abril de 2002, quando ocorreu um golpe de estado para depor o Presidente Hugo Chávez. Apesar do aparente sucesso inicial, o golpe não teve êxito e o Presidente Chávez foi reconduzido ao seu cargo. Na ocasião, o Brasil liderou a iniciativa que resolveu pacificamente o problema. Contudo, a sociedade venezuelana permanece dividida entre aqueles que apóiam Chávez (as classes menos favorecidas) e os que desejam sua saída.

O Brasil mantém relações amistosas com a Venezuela. Entre os interesses mútuos destacam-se as vendas de petróleo e de energia elétrica (usina de Guri) para o Brasil, a construção da rodovia Manaus-Caribe (BR-174), os projetos de mineração entre a Cooperação Venezuelana da Guaynia e a Companhia Vale do Rio Doce, o compartilhamento de informações do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a aquisição de aviões brasileiros.

A Venezuela possui litígios fronteiriços tanto com a Guiana (região de Essequibo, já mencionado), quanto com a Colômbia, na região de Maracaibo. Ambas as questões encontram-se em apreciação por organismos internacionais.

Um problema que vem tomando proporções cada vez mais graves é o “transbordamento” da guerrilha colombiana, para território venezuelano. A Colômbia acusa a Venezuela de apoiar os movimentos guerrilheiros de esquerda (FARC e ELN), enquanto a Venezuela acusa os paramilitares de direita (AUC) e refugiados colombianos de violarem seu território. Em 1º de junho, o jornal “New York Times” noticiou que, no final de março, houve confronto entre paramilitares colombianos e forças venezuelanas. O Brasil possui fronteiras com ambos os países, sendo natural que o governo brasileiro acompanhe a questão com interesse.

Colômbia

Os problemas que abalam a Colômbia têm causas tão profundas quanto diversas e antigas. Esse país, onde atuam grupos guerrilheiros considerados terroristas pelo governo dos EUA (FARC, ELN e AUC), é também o maior produtor mundial de coca e o maior exportador de cocaína (20). Recentemente, camponeses colombianos passaram a cultivar a papoula, matéria-prima para a produção de heroína. O principal consumidor da droga colombiana é o mercado norte-americano, recebendo cerca de 480 toneladas de cocaína por ano (2). Ao longo de mais de quarenta anos, os governantes da Colômbia têm se mostrado incapazes de resolver os problemas que originaram os movimentos guerrilheiros, tão ativos naquele país.

Hoje, é praticamente impossível distinguir o narcotráfico da guerrilha colombiana. Em busca de proteção e de financiamento, ambas as atividades se fundiram. Os resquícios de ideologia, que qualquer dos movimentos guerrilheiros possa ter tido no passado, servem hoje apenas para mascarar a necessidade de produzir e comercializar drogas. Pressionados pelas forças colombianas, apoiadas pelos EUA, guerrilheiros e camponeses têm fugido para países vizinhos à Colômbia, causando problemas que tomam vulto internacional (23).

Como apresentado anteriormente, no bojo do “Plano Colômbia” os EUA enviaram àquele país militares, agentes da Drug Enforcement Administration (DEA) e de outras agências governamentais, policiais e funcionários de firmas contratadas, para prestarem apoio às forças colombianas. Cerca de 800 estadunidenses, entre militares e não-militares, vêm atuando contra o narcotráfico e a guerrilha, a partir de bases militares colombianas (35).

Além de operarem as estações de radar já mencionadas, militares norte-americanos também se encontram na Base de Puerto Leguízamo, no rio Putumayo, fronteira com o

Peru. Ali, está sediada a Brigada Ribeirinha da Armada colombiana. Essa Brigada recebeu equipamentos, embarcações e treinamento norte-americanos. Na Base de Larandia, próximo a Florência (Província de Caquetá), militares dos EUA treinam as novas unidades do Exército colombiano para o combate à narcoguerrilha. Em Mocoa, na Província de Putumayo, Fuzileiros Navais colombianos são treinados por equipes norte-americanas em técnicas de combate de pequenas unidades (17). Todas essas bases possuem pista de pouso, ou estão próximas a aeroportos liberados às atividades de aeronaves militares norte-americanas, ou a serviço daquele governo (ver página A-2). Os EUA têm permissão do governo colombiano para utilizar também os aeródromos de Mitu, Paçoa, El Encanto, Taraira e La Pedrera (2).

Apesar de estarem proibidos de envolvimento direto no combate aos narcoguerrilheiros, norte-americanos contratados executam vôos de fumigação das plantações de coca, pilotam aviões e helicópteros que atuam tanto em ações antiguerrilha, como também na detecção de aeronaves e concentrações de guerrilheiros. O discurso de que “não haverá envolvimento direto norte-americano no conflito da Colômbia” lembra antigos pronunciamentos, que remontam aos primórdios da Guerra do Vietnã. Na prática, esse envolvimento já existe. Aeronaves a serviço dos EUA já foram abatidas, ou simplesmente caíram e cidadãos norte-americanos morreram, ou se encontram aprisionados pelas guerrilhas. Os EUA estão cada vez mais enredados no problema colombiano, buscando uma solução policial-militar, para uma questão que tem profundas raízes socioeconômicas.

Peru

Se a presença de forças norte-americanas no Peru não é tão numerosa quanto na Colômbia, é bastante importante e até mais antiga que naquele país. Além das estações de radar já mencionadas, os EUA contribuem com cerca de US\$ 3 milhões anuais, para

a manutenção da Escola Peruana de Capacitação Conjunta em Assuntos Ribeirinhos (EPCCAR), na Base Naval de Nanay, próximo a Iquitos (ver página A-2). Os EUA transferiram para essa Base parte dos equipamentos da extinta Base Aérea de “Howard”, no Panamá. Na EPCCAR, elementos de operações especiais norte-americanos realizam exercícios conjuntos e adestram tropas peruanas para operações ribeirinhas e contra narcotraficantes e guerrilheiros do “Sendero Luminoso”¹⁵. Os EUA também forneceram aviões, helicópteros, lanchas para patrulha ribeirinha, viaturas, material de comunicações e de guerra eletrônica, armamento e outros equipamentos para as Forças Armadas e Polícia peruanas. Em 2003, os Estados Unidos da América investirão em operações antinarcóticos, no Peru, um montante de US\$ 135 milhões, totalizando US\$ 325,5 milhões nos três últimos anos (22).

Forças norte-americanas utilizam pistas de pouso próximas às cidades de Caballococha, na margem direita do rio Marañon; de Iñapari, na Província de Madre de Dios (fronteira com o Acre); e de Puerto Portillo, na Província de Ucayali, à margem do rio Yuruá (38).

Bolívia

Mesmo antes do advento do “Plano Colômbia”, forças norte-americanas já atuavam no Peru e na Bolívia, apoiando a erradicação de plantações de coca. Esses dois países foram considerados paradigmas do projeto estadunidense de combate às drogas, quando reduziram em 70% suas plantações de coca, entre 1995 e 2001. Contudo, quando se começou a erradicar as plantações colombianas, que no mesmo período haviam aumentado muito compensando o decréscimo das safras bolivianas e peruanas (Fig. nº 2), as áreas de cultivo de coca no Peru e na Bolívia voltaram a crescer. Para enfrentar a situação, a um custo de US\$ 6 milhões, o “SouthCom” treinou uma Brigada antinarcóticos,

¹⁵ O “Sendero Luminoso” é considerado organização terrorista, pelo governo norte-americano (20).

sediada na região do rio Chapare (Vila Tunari), grande produtora de coca (Fig. nº 3). Aquele Comando tem mantido uma intensa presença na Bolívia, por meio de grupos de Forças Especiais, enviados para treinar forças bolivianas (14). Em dezembro de 2002, foi noticiado pelo periódico boliviano “La Razón” que o congresso daquele país autorizou o ingresso de 350 militares norte-americanos, que realizariam exercícios de cunho militar e assistencial, na região do Chaco, no período de 1º maio a 30 de agosto de 2003. A região não parece haver sido escolhida por acaso; nela se encontra uma das maiores reservas de gás natural da América do Sul. O assunto interessa duplamente ao Brasil: é pelo Chaco boliviano que passa o gasoduto que abastece São Paulo; e a maior parte da cocaína consumida no país (cerca de 40t/ano) é proveniente da Bolívia (2).

O governo boliviano tem enfrentado repetidas manifestações e conflitos com camponeses desejosos de expandir suas plantações de coca. Ele permanece pressionado entre o clamor popular, por uma cultura andina tradicional, e a importante ajuda financeira norte-americana, que alcançou US\$ 101 milhões (dos quais, US\$ 50 milhões destinados às forças militares e policiais), em 2002 (21).

Repercussões para o Brasil

Além de possuir fronteira terrestre com sete dos oito países amazônicos (incluída a Guiana Francesa), o Brasil é o único país do MERCOSUL a possuir inserção amazônica. Por suas dimensões geopolíticas, possui também uma vocação natural à liderança sul-americana. Assim, é natural que os problemas que ocorram no seu entorno o afetem de alguma forma, não sendo admissível que o país abdique do dever de acompanhá-los e, se for o caso, participar deles.

É inegável a superioridade brasileira sobre toda a faixa de fronteira. Contudo, apesar de exercer poder dissuasório sobre seus vizinhos, este fato isoladamente não garante invulnerabilidade “vis-à-vis” as questões que se fazem presentes na Amazônia.

Já ocorreram, e é de se esperar que voltem a ocorrer, atritos derivados do “transbordamento” do conflito colombiano. O país deverá estar preparado para lidar com esse tipo de situação. Entretanto, é remota a possibilidade de países amazônicos representarem, como Estados, uma ameaça ao Brasil, em virtude da disparidade entre os poderes nacionais envolvidos.

Não se pode dizer o mesmo das interferências adventícias, sejam elas oriundas de movimentos radicais ideológicos, de organizações internacionais, ou de países extracontinentais. Esses atores podem ameaçar o Brasil, agindo sob o pretexto de defenderem causas aparentemente nobres e justas, como a proteção ao meio ambiente, à humanidade, às comunidades indígenas, ou ainda de estarem apoiando o combate aos ilícitos transnacionais (tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, ou terrorismo, por exemplo). Esses agentes exógenos possuem ainda a capacidade de explorar vulnerabilidades estratégicas brasileiras, o que os converte em adversários ponderáveis. Como vulnerabilidades estratégicas nacionais podem ser citadas: a vulnerabilidade econômica (balança de pagamentos cronicamente deficitária); a tecnológica (necessidade de importar tecnologia); a política (o país não participa dos principais centros de decisão, onde é estabelecida a agenda mundial – Conselho de Segurança da ONU e G-7); a militar (insuficiência de meios para a defesa do território nacional); e, no caso específico da Amazônia, o vazio demográfico e o distanciamento dos grandes pólos de desenvolvimento nacionais.

No capítulo seguinte serão abordadas as atividades e a contribuição da Marinha do Brasil (MB), para proteger e integrar a Amazônia brasileira, visando esvaziar os questi-

onamentos, e desencorajar as intenções externas de cercar, ou mesmo violar, a soberania nacional sobre aquela região.

CAPÍTULO 4

A MARINHA DO BRASIL E A AMAZÔNIA

Militares na Amazônia

Historicamente, os militares têm expressiva importância na colonização da Amazônia brasileira. A distância que a separa dos grandes centros e as dificuldades de toda ordem, inerentes à região, são fatores que dificultaram e desencorajaram a fixação de civis. Em contrapartida, os estrangeiros sempre nutriram uma especial ganância sobre seus abundantes recursos naturais.

Em 1616, ingleses e holandeses foram expulsos da foz do rio Amazonas e ali foi edificado o Forte do Presépio, que mais tarde deu origem à cidade de Belém-PA. A partir de Belém, foram realizadas explorações acompanhando as calhas dos rios. Nessas expedições foram povoados pontos estratégicos, como Soure, Santarém e Óbidos. Atuando em harmonia, militares e religiosos levaram a língua e os costumes portugueses àquelas distantes paragens. Paralelamente, foram consolidando os limites fronteiriços do território conquistado e erigindo fortalezas como Macapá, São Joaquim (hoje Boa Vista-RR), São José (hoje Manaus-AM), São Gabriel (hoje São Gabriel da Cachoeira-AM), Tabatinga e Príncipe da Beira, entre outras. Como se percebe, essas antigas fortificações deram origem às cidades atuais.

Graças ao esforço de militares e religiosos, o direito de possuir as terras que já ocupava de fato (“uti possidetis”) foi garantido a Portugal, em 1750, pelo Tratado de Madri.

Para se ter uma idéia do esforço daqueles pioneiros, basta citar que o Forte Príncipe da Beira, à margem do rio Guaporé (fronteira com a Bolívia), foi construído com pedras, apesar de não existir qualquer fonte daquele mineral num raio de 300km! Seus ca-

nhões foram trazidos de Belém-PA, pelo rio Tapajós, numa jornada que demorou cinco anos!

Após a independência, guerras e crises políticas levaram o Brasil a priorizar a região sul. Assim, a Amazônia ficou esquecida, como um imenso latifúndio nacional. Esta condição se manteve após a proclamação da República, apesar de esforços isolados, levados adiante por abnegados como o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Somente após 1964, o Governo Federal voltou a perceber a importância e o grau de vulnerabilidade da Amazônia brasileira. Diversas iniciativas foram então implementadas, no intuito de desenvolver e, efetivamente, integrar a região ao ecúmeno nacional. Podem ser citados: o estabelecimento da Zona Franca de Manaus; a construção da rodovia Transamazônica; o incentivo à migração de agricultores do sul para o centro-oeste, visando atingir a região norte; o “Projeto Rondon”, no qual universitários exercitavam seus conhecimentos junto às populações amazônicas; o aumento no número de unidades militares, dotadas de meios e técnicas especialmente desenvolvidos para a região; e programas de divulgação na mídia, das características e belezas regionais. Algumas dessas iniciativas apresentaram resultados aquém dos esperados. Isso se deveu, em parte, ao tímido engajamento das instituições civis nos programas. De uma maneira geral, os atrativos para viver na Amazônia sempre foram suplantados pelas dificuldades intrínsecas àquela porção do território nacional, desestimulando sua ocupação voluntária.

A importância atribuída à região, a partir do período de governos militares, associada à relutância das instituições civis em se estabelecerem naquela região, tão carente de infraestrutura, levou a sociedade brasileira à errônea percepção de que a Amazônia, e tudo quanto diga respeito a ela, é “coisa dos militares”.

Ironicamente, grande parte da resistência aos esforços de integração amazônica provém das elites brasileiras. A falta de uma visão abrangente das condicionantes histó-

ricas e dos interesses geopolíticos envolvidos, os ressentimentos ainda existentes contra os militares, associados a uma retórica demagógica vazia, têm levado líderes nacionais a obstruir e a combater, sistematicamente, qualquer iniciativa no sentido de aumentar a integração da Amazônia ao restante do país. O exemplo mais flagrante é o “desvanecimento” do Programa “Calha Norte”, iniciado em 1985. Ele foi rotulado como “uma iniciativa militar”. Em decorrência disso, a ele foram negados o apoio e o compromisso necessários, por parte das instituições civis. Recentemente, o Governo Federal voltou a atentar para a importância da Amazônia e, diante das ameaças à soberania brasileira na região, tornou a carrear recursos para o “Calha Norte”.

Características da Amazônia sob a Ótica Naval

O esforço e o sacrifício dos pioneiros, para incorporar ao patrimônio nacional cerca de dois terços do território brasileiro, deveria ser permanentemente lembrado e enaltecido. Infelizmente, a mesma Amazônia que atíça a cobiça e alimenta os anseios de intervenção estrangeiros, não tem merecido adequada atenção das lideranças nacionais. Esses brasileiros têm se deixado levar pelo discurso impostor e pelas agendas compulsórias de potências extracontinentais, inusitadamente convertidas às causas da proteção ambiental e dos gentios.

As Forças Armadas brasileiras sempre estiveram presentes na Amazônia. São, muitas vezes, as únicas instituições nacionais a amparar as populações ribeirinhas. Essa postura de “conquistar corações e mentes”, a meu juízo, cresce em importância diante das características regionais singulares e do pouco conhecimento que forasteiros têm do complexo ecossistema amazônico. Esses fatores dificultam a condução de quaisquer atividades, ou operações por estrangeiros, e tornam extremamente valioso o amazônida. Ele é o verdadeiro defensor da região. Dificilmente, algo ocorre nas cercanias sem sua

cooperação, ou lhe escapando à percepção. O valor de se cooptar os habitantes de regiões inóspitas, pouco conhecidas, e de difícil trânsito pode ser avaliado recordando-se os reveses sofridos por norte-americanos e soviéticos nas guerras do Vietnã e do Afeganistão, respectivamente. Por não terem o apoio das populações locais, EUA e URSS ocuparam aqueles países, edificaram bases militares, venceram batalhas mas, com o passar do tempo, suas posições se tornaram insustentáveis e eles foram obrigados a se retirar.

Sendo a Amazônia uma região ribeirinha por excelência, seus rios são imprescindíveis ao estabelecimento e à manutenção de qualquer povoamento. Por eles fluem as comunicações e o comércio. São as artérias que determinam o ritmo da vida. O rio Amazonas permite que navios com até 10 metros de calado cheguem até Manaus. A Tabatinga chegam navios com 4,5 metros de calado, em qualquer regime de chuvas. A MB já empregou Navio de Desembarque Doca (NDD) a montante de Tefé-AM (Alvarães). Esses navios constituem excepcionais bases de combate, em operações ribeirinhas (9).

No período das cheias, é possível a um Navio-Patrulha Fluvial (NaPaFlu) da classe “Roraima” alcançar a cidade equatoriana de Nuevo Rocafuerte (rio Napo), a cidade peruana de Pucallpa (rio Ucayali), ou mesmo a venezuelana San Fernando de Atabapo, no rio Orinoco (9). Outros pontos extremos amazônicos, normalmente alcançados pelos navios da Marinha do Brasil em território nacional, são apresentados na página A-3.

Em caso de conflito, é prevista a ativação de um teatro de operações terrestre, na Amazônia. Constituindo-se, ou não um teatro de operações marítimo correspondente, vale observar que o Brasil é o único país da região com possibilidade de comunicar seus grandes centros industriais às cidades amazônicas, por via marítima/fluvial. Este fato permite que sejam exploradas as características de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade do Poder Naval brasileiro, o que confere ao país uma visível vantagem estratégica (3:1-2). Os demais Estados limítrofes só alcançam suas cidades amazô-

nicas por via aérea, ou por meio de escassas estradas de rodagem (a maioria delas em precárias condições). Partindo-se dos grandes centros de Bolívia, Colômbia, Equador, ou Peru é necessário ainda transpor o obstáculo natural que é a cordilheira dos Andes, para se alcançar a Amazônia.

Outra vantagem estratégica brasileira é sua já comprovada capacidade de projetar e construir meios navais para operar naquela região. Os demais países têm dependido de aquisições de material importado que, em geral, só pode chegar à Amazônia por via aérea, ou navegando por rios brasileiros.

O forte sentimento nacional que congrega os brasileiros é também um fator a ser explorado. Ao contrário dos demais países amazônicos, o Brasil não possui tensões sociais, raciais, disputas internas, ou externas dignas de nota. Historicamente, seu povo sempre deixou de lado querelas domésticas, para se contrapor aos invasores. Apesar de pouco percebida, ou valorizada pelos brasileiros, essa característica é ponderada pelos estrangeiros, pois exerce poder dissuasório contra aventureiros exógenos (34:21).

Assim, o Brasil deve maximizar suas vantagens, ao mesmo tempo em que minimiza suas muitas vulnerabilidades na região. Entre essas vulnerabilidades, sobressaem: o grande vazio demográfico; a excentricidade em relação aos pólos de desenvolvimento nacionais; a manifesta cobiça pelas riquezas naturais inexploradas, ou ainda desconhecidas pelos brasileiros¹⁶; a atuação não monitorada de estrangeiros; a existência de vastas reservas indígenas na faixa de fronteira, confrontando reservas em outros países (Colômbia e Venezuela, por exemplo), ou abrangendo áreas conflituosas (garimpos ilegais, contrabando); e a atuação de narcoguerrilheiros junto às fronteiras.

No que diz respeito à Marinha do Brasil (MB), deve-se considerar como uma grave vulnerabilidade a inexistência de apoio logístico fora de Manaus, ou Belém. Manaus se

¹⁶ A maior jazida de nióbio do mundo, próximo a São Gabriel da Cachoeira-AM, por exemplo.

situa a cerca de 1.500km de Belém e a cerca de 1.800km de Tabatinga. É imperioso portanto, que se planeje o desenvolvimento de bases na calha do Amazonas/Solimões. Deve ser considerada também a possibilidade de estabelecer uma estrutura de apoio logístico móvel, capaz de se deslocar pelos rios da região e de se aproximar das áreas onde for necessária (10:82).

Meios Navais na Amazônia

O Comando do Quarto Distrito Naval (Com4DN), sediado em Belém-PA tem quase toda a Amazônia brasileira em sua área de jurisdição (Fig. nº 6). Subordinado a ele existe Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), sediado em Manaus-AM. As for-



Figura nº 6 Área de jurisdição do Com4DN

ças operativas do Com4DN são compostas por 18 navios, 06 helicópteros, um Batalhão de Operações Ribeirinhas, sediado em Manaus e um Grupamento de Fuzileiros Navais, sediado em Belém (6).

Apesar de constituir uma força respeitável, devem ser considerados a área marítima e os mais de 22.000km de rios navegáveis, a serem patrulhados por essa

força. Outro ponto a ser considerado é que entre seus 18 navios, 03 são Navios de Assistência Hospitalar (NAsH), 02 são Navios-Balizadores, 01 é Navio Hidrográfico e a única Corveta já tem mais de 45 anos de serviço. Restam apenas 11 Navios-Patrolha com capacidade de combate. Um aspecto que limita a possibilidade de concentração de forças do Com4DN é a vocação marítima de seus Navios-Patrolha “Guanabara”, “Guarujá”, “Bocaina” e “Bracuí”. Esses navios têm características marinheiras satisfatórias,

mas são suscetíveis a avarias quando operando em rios (hélices de passo controlado e/ou desprotegidos). Cabe enfatizar que os cinco Navios-Patrolha Fluviais foram projetados e construídos no Brasil, apresentando excelente desempenho. Isso comprova a capacidade tecnológica nacional em dotar a MB de meios eficientes à operação na Amazônia.

As Lanchas de Ação Rápida (LAR), construídas no Brasil e recentemente incorporadas aos meios do CNAO, são mais um exemplo da capacidade brasileira de projetar e construir meios eficientes para emprego na Amazônia. Atualmente, cada NaPaFlu dota duas LAR (10:83-84). Essas lanchas são capazes de transportar 15 fuzileiros navais, alcançam uma velocidade máxima de 30 nós e possuem um raio de ação de 100km (28).

Quanto aos helicópteros subordinados ao CNAO (UH-12), apesar de possibilitarem uma ampliação da capacidade operativa dos meios, por suas características físicas, apresentam limitações para o transporte de tropas e o emprego de armamentos.

A fiscalização do transporte aquaviário é realizada por uma extensa rede de Agências e Delegacias das Capitânicas dos Portos, espalhadas na calha principal do Amazonas/Solimões e em seus afluentes. Essas organizações militares executam também o importante encargo de educar e qualificar fluviais, por meio do Ensino Profissional Marítimo, contribuindo assim para disseminar doutrina e valores brasileiros, além de incrementar a segurança da navegação (10:84).

A Marinha do Brasil e a Política de Defesa Nacional

Em 1996 foi promulgada a Política de Defesa Nacional (PDN), que veio preencher uma lacuna existente no planejamento de alto-nível dos órgãos com responsabilidades na Defesa.

No documento, estão contidos os objetivos de Defesa Nacional, os quais são transcritos a seguir:

- “a) a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;
- b) a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas;
- c) a preservação da coesão e da unidade da Nação;
- d) a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;
- e) a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior;
- f) a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e
- g) a contribuição da paz e da segurança internacionais.”

Como se pode observar, esses objetivos transcendem a esfera de atuação das Forças Armadas brasileiras. Contudo, elas têm participação importante para a consecução de cada objetivo. Com o intuito de orientar essa participação, a PDN estabeleceu uma série de diretrizes a serem seguidas (Anexo “B”).

O documento explicita de forma inequívoca uma política comprometida com os interesses históricos do Brasil. Percebe-se claramente que diversas diretrizes dizem respeito à participação da Marinha na Amazônia, cabendo destacar as seguintes:

- “j) proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar;
- l) priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste;

o) aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo; e

p) garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional”.

Cabe portanto à Marinha do Brasil estar adequadamente adestrada e equipada, para cumprir essas diretrizes. Contudo, ao se confrontar os dados referentes à geografia da



Figura nº 7 Amazônia legal

região com os meios disponíveis, percebe-se a fragilidade do Poder Naval brasileiro na Amazônia. Cerca de 62% do território nacional, mais de 22.000km de vias navegáveis e uma considerável área marítima devem ser protegidos por 18 navios (seis deles não são de combate), 06

helicópteros de pequeno porte, um Batalhão de Operações Ribeirinhas e um Grupamento de Fuzileiros Navais (Fig. nº 7).

Contrariamente ao seu discurso e às suas próprias diretrizes explicitadas na PDN¹⁷, o Governo Federal não vem contemplando as Forças Armadas com recursos que lhes permitam manterem-se adequadamente aprestadas, para fazerem frente aos seus compromissos na Amazônia. Exemplo disso é a desproporção observada entre as necessidades apresentadas pela MB e os quantitativos autorizados pela União, após cortes e contingenciamentos. Pode-se ter uma visão desse autêntico “garrote financeiro”, que vem

¹⁷ “... garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional...” (demais diretrizes constam do Anexo B).

minando a capacidade das Forças Armadas como um todo e da Marinha em particular, na Tabela nº 2 apresentada a seguir:

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA MB (Rubrica Outros Custos e Custeios – OCC valores em R\$ milhões)				
ANO	Necessidade	LOA Aprovada	Valor Autorizado (após o contingenciamento inicial)	
1999	2.051,4	1.066,2	938,6	- 11,9 %
2000	2.032,2	947,0	848,2	- 10,4 %
2001	2.438,8	1.007,8	897,2	- 10,9 %
2002	2.538,0	1.060,5	778,9	- 26,6 %
2003	2.422,0	1.016,7	722,5	- 28,9 %

Fonte: Palestra proferida pelo Comandante da Marinha ao C-PEM, na ECEMAR, em 26 de março de 2003 (6).

Tabela nº 2 Orçamento da MB

Atividades da Marinha do Brasil na Amazônia

Não se vislumbram ameaças imediatas ao Brasil em sua área marítima de interesse. As riquezas da plataforma continental se encontram preservadas, ou sendo exploradas sem maiores contestações. As rotas de comércio marítimo parecem seguras. Apesar de sua importância para o país, essas rotas também interessam à toda comunidade internacional. Portanto, é improvável que algo ocorra para prejudicá-las, ao menos no futuro próximo.

Quanto à Amazônia, contudo, a questão é outra. A cobiça internacional por suas riquezas é explícita. Alguns exemplos dessa cobiça podem ser verificados nos pronunciamentos mencionados a seguir:

- a) “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” - François Mitterrand, então Presidente da França, na Conferência de Haia para o meio ambiente (1989);
- b) “Amazônia é um patrimônio da humanidade e não dos países que a ocupam” - Al Gore, então Vice-Presidente dos EUA; ou
- c) “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes” - Mikhail Gorbachev, em 1992.

Esses são alguns exemplos das pressões de toda ordem que vêm sendo exercidas sobre o governo brasileiro, para que permita o acesso de estrangeiros aos recursos da Amazônia.

Assim, apesar de possuir uma longa costa e extensas linhas de comunicação marítimas para proteger, a MB não pode negligenciar o dever de proteger, também, a maior bacia hidrográfica do mundo. Bacia esta que permeia outros oito países, interesses internacionais dos mais variados, imensas riquezas naturais¹⁸, alguns dos poucos territórios inexplorados do planeta e áreas submetidas a graves conflitos. Nenhuma outra Marinha possui responsabilidades, ou desafios semelhantes.

No momento, a principal perturbação ao equilíbrio político na Amazônia advém dos chamados ilícitos transnacionais, como o tráfico de drogas, o contrabando de armas, a atuação de garimpeiros ilegais, as guerrilhas e o terrorismo internacional.

Apesar dos poucos recursos alocados, a MB tem procurado desenvolver meios e técnicas especiais para o emprego na Amazônia. Essas iniciativas têm sido exitosas. Servem como exemplos, o projeto e a construção dos NaPaFlu (ora em processo de modernização), das LAR, dos NAsH e o emprego de chatas como bases flutuantes. Para manter o adestramento, são realizadas operações ribeirinhas em diferentes pontos da região, com o concurso de meios do Comando-em-Chefe da Esquadra¹⁹, além dos meios do próprio Com4DN/CNAO.

Paralelamente a essas operações, são sempre realizadas tarefas humanitárias, conhecidas como Ações Cívico-Sociais (ACISO). Os NAsH efetuam também Comissões de Assistência Hospitalar (ASSHOP), freqüentemente apoiando órgãos de governo, que procuram parcerias com a MB. Nessas oportunidades, são prestadas assistências médica

¹⁸ Cerca de 20% da água doce do planeta, por exemplo (24).

¹⁹ Navios de Desembarque Doca; Navio-Transporte de Tropas; Helicópteros; Mergulhadores de Combate; e tropas da Força de Fuzileiros da Esquadra, entre outros.

e odontológica, entre outras, levando o amparo do Estado às carentes populações ribeirinhas. A importância e o alcance dessas ações podem ser avaliados pelo apelido de “navios da esperança”, dado aos NAsH, pelos amazônidas. Não se trata de um assistencialismo em sua acepção pejorativa, mas de uma forma metódica, competente e planejada de amenizar a esporádica presença do Poder do Estado naqueles distantes pontos do território nacional (10:84).

Operando em harmonia com as demais Forças Singulares e dentro dos mais atuais conceitos de guerra, os meios do Com4DN/CNAO têm sido empregados em operações combinadas de grande vulto, como foram as Operações “Tapuru” (2002) e “Timbó” (2003), que incorporaram meios das três Forças Armadas. A MB colabora também com a Operação “Cobra”, da Polícia Federal, na repressão aos ilícitos transnacionais, junto às fronteiras amazônicas (9). Essas operações, associadas à presença permanente das Forças Armadas brasileiras na região, têm servido de elemento dissuasor para que não “transbordem” para o território nacional conflitos de outros países, como o que assola a Colômbia. Servem também para reafirmar o inabalável comprometimento brasileiro na proteção dos elementos constituintes do Estado Nacional.

Complementarmente, a MB tem contribuído para estreitar as relações de amizade com os demais países amazônicos enviando meios ao Peru (Iquitos) e à Colômbia (Letícia), por ocasião de festividades. Em reciprocidade, unidades daqueles países são convidadas a visitar o Brasil, em datas comemorativas. Por suas características intrínsecas, o Poder Naval é indicado para ações de presença dessa natureza (10:84).

Propostas para o Incremento das Atividades da MB na Amazônia

A primeira proposição que salta à mente, no sentido de permitir um maior envolvimento da MB na Amazônia, é dotar o Com4DN/CNAO de novos meios, com maior ca-

pacidade operativa. Porém, pouco se pode fazer no momento, devido aos orçamentos insuficientes. A médio e longo prazos são sugeridas as seguintes medidas:

- a) Construir mais NaPaFlu, que permitam o patrulhamento permanente de áreas focais, como “Estirão do Equador-Tabatinga-Ipiranga”; “Tefé-Vila Bittencourt”; e “Manacapuru-Itacoatiara” (ver página A-3);
- b) Incorporar Navios-Transporte de Tropas e/ou Navios de Desembarque Fluviais, que facilitem a projeção de poder;
- c) Ampliar o sistema de comunicações na área de jurisdição do Com4DN, possibilitando-lhe maior segurança e capacidade de processamento, que propiciarão melhores condições de comando e controle;
- d) Dotar o Com4DN/CNAO de meios aéreos com maior capacidade operativa;
- e) Elevar o número, os meios e os efetivos das Capitâneas, Delegacias e Agências, permitindo maior rigor nas Inspeções Navais; e
- f) Desenvolver bases e um sistema logístico, que apoiem mais amiúde as forças operando longe de Manaus e Belém. Não parece aceitável que um NaPaFlu, por exemplo, tenha que navegar as 1.000 milhas que separam Tabatinga de Manaus, para executar reparos, completar dotações, ou reabastecer-se e depois navegar outras 1.000 milhas para retornar à área de operação.

Percebe-se a necessidade de ampliar, como um todo, a presença da MB na Amazônia. É evidente, que isso demandará verbas orçamentárias, atualmente inexistentes. Entretanto, maneiras para solucionar ou amenizar os problemas deverão ser buscadas com pertinácia.

Para incrementar a eficiência no emprego combinado das Forças Armadas, salvo melhor juízo, é necessária a completa integração de todos os seus sistemas (armas, comunicações, comando, controle, informática e vigilância) e a padronização de lingua-

gem e de procedimentos. Assim, a MB deve ter seus meios integrados ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)²⁰. Deve ter também a capacidade de se comunicar com unidades do Exército e da Força Aérea Brasileira operando na região.

Visando uma maior capacidade de conhecer e de influenciar os acontecimentos na Amazônia, julgo oportuno estreitar ainda mais as relações com as Marinhas dos países vizinhos. Cursos, intercâmbios de oficiais e praças, visitas de cortesia, são exemplos de oportunidades para se avaliar o estado de adestramento do pessoal e de manutenção do material. A importância dessa avaliação é avultada ante a presença de tropas norte-americanas estacionadas, ou operando nas regiões amazônicas de Bolívia, Colômbia e Peru, por exemplo.

²⁰ O SIVAM tem detectado uma série de atividades ilícitas na Amazônia, desde que entrou em operação, em 2002 (queimadas, pistas de pouso clandestinas e vôos irregulares, por exemplo). A eficiência do Sistema pôde ser avaliada quando 71 trabalhadores do gasoduto Camisea-Lima, foram seqüestrados pelo "Sendero Luminoso" na Amazônia peruana, no dia 09 de junho de 2003. Por solicitação do Governo do Peru, uma aeronave R-99B, do SIVAM, foi enviada para a região e localizou guerrilheiros e seqüestrados, reportando a posição às autoridades peruanas. Isso permitiu a libertação dos reféns, em 10 de junho de 2003 (Palestra sobre a EMBRAER, proferida para o C-PEM em São José dos Campos, 15 set. 2003).

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Percebe-se que as maiores ameaças à integridade da Amazônia brasileira provêm de atores externos ao continente. Por mais que os ilícitos transnacionais preocupem e mereçam atenção, sua ameaça não se compara à possibilidade de intervenção estrangeira em território brasileiro.

Não se contesta a soberania nacional sobre o recôncavo baiano, nem sobre o vale do rio São Francisco. Ninguém duvida que a praia de Copacabana seja brasileira. Porque então os questionamentos e as pressões sobre a região amazônica? Só há justificativa na ambição e no manifesto desejo das potências internacionais, de se apossarem do território e de suas riquezas. Assim, deve-se considerar a ameaça de intervenção, por parte de um poder incontestavelmente superior ao brasileiro.

Os EUA instalaram, nos países vizinhos ao Brasil, uma estrutura militar que lhes facilita projetar seu poder no interior do território nacional. Ao se analisar a histórica influência dos EUA sobre os países da região, sua atual política externa “unilateral-intervencionista” e as confrontando com o citado dispositivo, percebem-se motivos para preocupação.

O vulto das forças norte-americanas desdobradas não parece guardar proporção com a declarada intenção de apoiar o combate ao narcotráfico. As benfeitorias executadas nas “FOL” e em bases coabitadas por norte-americanos, combinadas ao emprego do notório Poder Aéreo dos EUA, permitem àquele país uma rápida escalada e a projeção de seu Poder Militar na Amazônia. O mapa do página A-1 sugere um verdadeiro sítio estratégico ao Brasil, instituído pelos EUA (no continente) e pelo Reino Unido (no oceano).

Ante uma hipotética intervenção militar na Amazônia, por potências extracontinentais, as Forças Armadas brasileiras, debilitadas pelos sucessivos orçamentos insuficientes, terão limitadas probabilidades de êxito numa contraposição franca. Deverão recorrer à estratégia da resistência, negando ao invasor a batalha decisiva e provocando uma campanha de atrito, de longa duração. Isso irá requerer total comprometimento da Nação, para suportar os sacrifícios impostos. Nesse contexto adverso, o ribeirinho amazônida será o “fiel da balança”. Sem o apoio dos habitantes daquela região, a força armada mais poderosa só poderá aspirar à segurança no interior de suas bases (lembrar Guerras do Vietnã e do Afeganistão). Aí, o Brasil terá a seu favor o conhecimento dos rios e do terreno, a adaptação ao clima e o forte sentimento nacional que congrega seu povo.

Dissuadir os anseios externos, antes que se convertam em ações efetivas, parece ser a alternativa mais sensata. Nesse intuito, urge acelerar a ocupação da Amazônia, integrando-a, efetivamente, ao ecúmeno brasileiro. Para tanto, são necessárias: a determinação para manter a inteireza territorial; a existência de um Poder Militar que infunda respeito à comunidade internacional; e uma maior autonomia estratégica do país. Isso implica um esforço coletivo de todas as parcelas do Poder Nacional, transcendendo a esfera militar. Como convite à reflexão, transcreve-se uma citação de Thomas Morus, extraída de seu livro “A Utopia”²¹, escrito em 1516. Curiosamente, apesar de haver sido composta há tantos anos, num contexto geopolítico totalmente diverso, esta citação parece guardar grande conformidade e pertinência com a atual conjuntura amazônica:

“... a guerra mais justa é aquela que se faz a um povo que possui imensos territórios incultos e que os conserva desertos e estéreis, notadamente quando este mesmo povo interdiz a sua posse e seu uso aos que vêm para cultivá-los e deles se nutrir, conforme a lei imprescritível da natureza.” (Thomas Morus in “A Utopia”).

²¹ Disponível em: <<http://www.dhnet.com.br/descjos/sonhos/utopia.htm#tm10>>. Acesso em: 23 set. 2003.

Nesse esforço, a meu juízo, a MB pode contribuir mantendo-se atualizada e apresentada, apoiando as iniciativas do Governo Federal, amparando as populações ribeirinhas, aplicando o Poder do Estado nas vias navegáveis e fortalecendo laços de amizade com Marinhas de países vizinhos. Dois fatores são imprescindíveis à consecução desses intentos: resolução (dimensão psicossocial) e recursos (dimensão material).

A conquista da Amazônia exigiu dos pioneiros determinação e sacrifício. Por maiores que pareçam as dificuldades, mais penoso que integrá-la, será reconquistá-la.

ANEXO A

BASES MILITARES EUA, FRANÇA E REINO UNIDO



Fonte: National Geographic Society – Atlas of the World. Adaptado pelo autor.

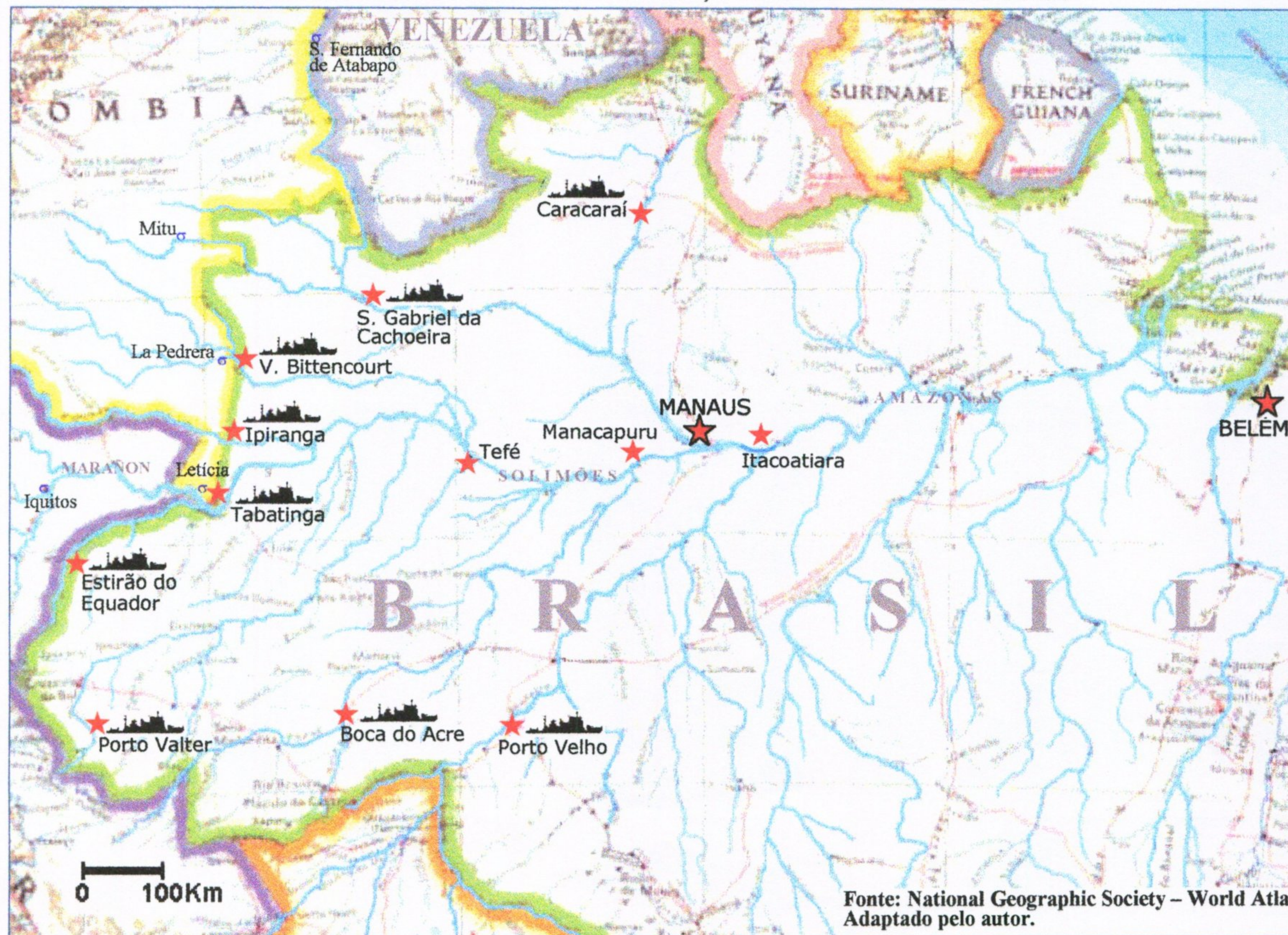
ANEXO A

MILITARES NORTE-AMERICANOS NA AMAZÔNIA



Fonte: National Geographic Society – World Atlas. Adaptado pelo autor.

ANEXO A
EXTREMOS NORMALMENTE ALCANÇADOS POR NAVIOS DO CNAO



ANEXO B

DIRETRIZES DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

- “a) contribuir ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade;
- b) participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;
- c) aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional;
- d) promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado multilateralmente;
- e) participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais;
- f) contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional;
- g) atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais, e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul;
- h) intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas;
- i) manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento sócio-econômico do País, em harmonia com sua destinação constitucional;
- j) proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar;

- l) priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste;
- m) aprimorar a organização, o aparelhamento, o adestramento e a articulação das Forças Armadas, assegurando-lhes as condições, os meios orgânicos e os recursos humanos capacitados para o cumprimento da sua destinação constitucional;
- n) aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito;
- o) aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo;
- p) garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional;
- q) fortalecer os sistemas nacionais de transporte, energia e comunicações;
- r) buscar um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa;
- s) promover o conhecimento científico da região antártica e a participação ativa no processo de decisão de seu destino;
- t) aprimorar o Sistema de Mobilização para atender às necessidades do País, quando compelido a se envolver em conflito armado; e
- u) sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional, por meio do incentivo ao civismo e à dedicação à Pátria.”

ANEXO C

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ATLAS of the World. National Geographic Society. 7. ed. Washington, DC: 1999.
2. BATISTUTA, J. **Estudo estratégico da bacia Amazônica**. Rio de Janeiro: 2003. Palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 21 de maio de 2003.
3. BRASIL. Ministério da Marinha. **Doutrina básica da Marinha**. Brasília, 1997.
4. _____. Ministério da Marinha. **Política de defesa nacional**. Serviço de Relações Públicas da Marinha. Brasília, 1997.
5. _____. Presidência da República. **Política de defesa nacional**. Brasília, 1996.
6. CARVALHO, Roberto de Guimarães. **Marinha do Brasil: apresentação para os cursos de altos estudos militares**. Rio de Janeiro, 2003. Palestra proferida para o C-PEM no Rio de Janeiro, 26 mar. 2003.
7. COSTA, Darc Antônio da Luz. Segurança e defesa: uma única visão abaixo do Equador. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 1999. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/unb/ipr/rel/rbpi/1999/1338.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2003.
8. CRANDALL, Russell. **Driven by drugs: U.S. Policy towards Colombia**. 1. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc, 2002.
9. DIBO, Rodolfo Frederico. **Atuação da MB na Amazônia Ocidental**. Entrevista concedida a Bernardo A. C. de Hollanda, Rio de Janeiro, 8 jul. 2003.
10. ELIA, Rui da Fonseca. A Marinha na Amazônia Ocidental. **Revista Marítima Brasileira**. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, v.120, n. 7/9, p. 69-87, jul./set. 2000.
11. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Center for International Policy. **Forward operating locations**. 2001. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/fol.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2003.
12. _____. Center for International Policy. **Colombia**. 2001. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/colombia/mpri.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2003.
13. _____. Center for International Policy. **Counter-drug radar sites**. 2001. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/radar.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2003.
14. _____. Center for International Policy. **Overview**. 2001. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/bo.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2003.

15. _____. Center for International Policy. **U.S. aid to Colombia since 1997: Summary Tables**. 08 abr. 2003. Disponível em:
<<http://www.ciponline.org/colombia/aidtable.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2003.
16. _____. Center for International Policy. **U.S. congress sees colombian military as "weak link in fight against terrorism"**. 23 jul. 2003. Disponível em:
<<http://www.ciponline.org>>. Acesso em: 23 jul. 2003.
17. _____. Center for International Policy. **U.S. security assistance to the andean region, 2000-2001**. Disponível em: <<http://www.ciponline.org/facts/co.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2003.
18. _____. Drug Enforcement Administration. **Changing dynamics of cocaine production in the andean region**. Jun. 2002. Disponível em:
<<http://www.usdoj.gov/dea/pubs/intel/02033/02033p.html>>. Acesso em: 08 jun. 2003.
19. _____. Departamento de Defesa. **2003 defense budget**. Disponível em:
<<http://www.globalsecurity.org/military/library/budget/fy2003/sum/fy03budget1.doc>>. Acesso em: 23 mai. 2003.
20. _____. Departamento de Estado. **Current list of foreign terrorist organizations**. Disponível em:
<http://www.cdi.org/friendlyversion/printversion.cfm?documentID=384&from_page=../program/document.cfm>. Acesso em: 06 jun. 2003.
21. _____. Washington Office on Latin América. **U.S.-backed eradication heightens poverty and violence**. Disponível em:
<http://www.wola.org/publications/ddhr_law_enforcement_overview_peru.htm>. Acesso em: 16 jun. 2003.
22. _____. Washington Office on Latin América. **U.S. support for counternarcotics law enforcement in Peru**. Disponível em:
<http://www.wola.org/publications/ddhr_law_enforcement_overview_peru.htm>. Acesso em: 16 jun. 2003.
23. FORERO, Juan. Colombia's Long Civil War Spreads Turmoil to Venezuela. **The New York Times**, New York, 01 jun. 2003. Disponível em:
<<http://www.nytimes.com/2003/06/01/international/americas/01VENE.html?pagewanted=1>>. Acesso em: 02 jun. 2003.
24. GALLO, Francisco Luiz. **O Comando Naval da Amazônia Ocidental**. Manaus, 2002. Palestra proferida para o C-PEM em Manaus em 22 de setembro de 2002.
25. HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2000.



26. INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Amazônia: Plano Colômbia: perspectivas do parlamento brasileiro**. Brasília, DF, 2002.
27. KAYSEN, C.; MALLIN, M. B.; STEINBRUNER, J. D.. Behind the prospect of war with Iraq: the new U.S. national security strategy. **FAS Public Interest Report**, Washington, v. 55, n. 5, set.-out. 2002. Disponível em: <http://www.fas.org/faspir/2002/v55n5/war.htm>. Acesso em: 09 mar.2003.
28. LEAL, José Antonio de Castro. **Comando Naval do 4 Distrito Naval**. Belém, 2002. Palestra proferida para o C-PEM em Belém, 09 set. 2002.
29. LEECH, Gary M. **Killing peace: Colombia's conflict and the failure of U.S. intervention**. 1. ed. New York: Information Network of the Americas (INOTA), 2002.
30. MERRIAN-WEBSTER'S: Geographical Dictionary. 3. ed. Springfield: Merrian-Webster, 2001.
31. MILLER, Christian T. U.S. May Punish Colombia Air Force. **Los Angeles Times**, Los Angeles, 16 nov. 2002. Disponível em: <http://www.latimes.com/santodomingo>. Acesso em: 15 mar. 2003.
32. NYE JUNIOR, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2002.
33. PAÍSES. In: **Almanaque abril edição mundo 2003**. São Paulo: Abril, 2003. p. 131 - 480.
34. PINHEIRO, A. S.; MENDEL W. W. **Guerrilla in the brazilian Amazon**. 1995. 25 f. Fort Leavenworth, 1995.
35. POLAND, John. L. U.S. military bases in Latin America and the Caribbean. **Foreign Policy in Focus**, Albuquerque, NM, vol. 6, n. 35, out. 2001. Disponível em: <http://www.fpif.org>. Acesso em: 23 mai. 2003.
36. SCHAFFER Library of Drug Policy. Coca cultivation and cocaine processing, 1993. Disponível em: <http://www.druglibrary.org/schaffer/GovPubs/coccccp.htm>. Acesso em: 09 mai. 2003.
37. SPYKMAN, Nicholas J. **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power**. 1. ed. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.
38. TREZZI, Humberto. EUA já têm 20 guarnições na América do Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25 mar. 2001. Disponível em: <http://www.geocities.com/toamazon/toaguarnicao.html>. Acesso em: 12 jun. 2003.
39. VESENTINI, José W. **Novas geopolíticas**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Autor: Hollanda, Bernardo Augusto Cunha

Título: Incremento da presença dos EUA nos países



MB - EGN

00256861

228551

Nº Pat.:5940